

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Comunidade económica ou parceria para o desenvolvimento: o desafio do multilateralismo na cplp*

* Os autores agradecem as sugestões feitas por um comentador anónimo a uma versão provisória deste artigo.

** As opiniões expressas neste artigo são feitas a título pessoal e não vinculam o icep.

MANUEL ENNES FERREIRA

Introdução

O dia 17 de Julho de 1996 ficará certamente para a história dos países membros da recém-criada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (cplp)¹. Por um lado, pode vir a tornar-se num importante instrumento prático de «incremento da cooperação a todos os níveis –cultural, económico, social, científico e jurídico-institucional – bem como da concertação político-diplomática»² contribuindo assim para promover o desenvolvimento dos seus povos; mas, por outro lado, pode não passar de mais uma ocasião perdida para atingir aquele objectivo, seja por se ter transformado num nado-morto, conforme chamou a atenção o Presidente da Guiné-Bissau ao afirmar no acto de constituição da cplp que não duvidava «que uma mesma interrogação agita-se no fundo de nós mesmos quanto ao futuro da associação que formalizámos. Será que lhe está reservado o banal destino de tantas alianças que, perdendo-se em meandros burocráticos, só existem na altura em que se reúnem responsáveis políticos?»³, seja por se ter ficado enredado numa mera verbalização piedosa e circunstancialista, aspecto sublinhado pelo Presidente de Angola: «Um dos primeiros testes da nossa Comunidade será transitar da retórica sentimental e grandiloquente para um esforço de solidariedade e entreatajuda capaz de restituir a dignidade mínima a milhões de cidadãos»⁴.

Independentemente do que vier a ocorrer com o funcionamento e efeitos práticos desta Comunidade, indiferença é um qualificativo que não pode ser usado para caracterizar o período que antecedeu a sua institucionalização e, certamente, os anos que se lhe seguirão. As posições públicas assumidas por políticos, intelectuais, empresários, etc., portugueses, brasileiros ou africanos, quanto às finalidades e vantagens da existência da cplp são já uma demonstração disso mesmo⁵.

O objectivo deste artigo é duplo: definir os contornos recentes das relações económicas entre os países participantes e reflectir sobre o que poderá ser o futuro da cplp sob o ponto de vista económico. Quanto ao primeiro objectivo: é facilmente compreensível que sem se ter a exacta noção da importância que reveste para cada um dos Estados integrantes da cplp o significado do relacionamento económico bilateral, pouco ou nada, a não ser especulação, poderá ser dito sobre a exequibilidade e importância da cplp no domínio económico. O segundo objectivo decorre do primeiro: feito o ponto da situação

do relacionamento económico actual, que factores poderão pesar a favor e contra o reforço daquelas relações? Que sentido económico dar, então, à cplp?

Para que se responda a estas questões, o artigo estruturar-se-á em torno de cinco aspectos: os diferentes entendimentos que se tem sobre o papel económico da cplp; o quadro económico em que presentemente assentam as relações económicas entre os Estados participantes; a possibilidade desta se tornar numa zona de integração económica; os factores que contribuem para um reforço da aproximação económica no interior desta Comunidade e, finalmente, os factores que, ao invés, podem ser potencialmente centrifugadores. Terminar-se-á com as conclusões e perspectivas.

Um processo arrastado

A história da cplp inicia-se em Novembro de 1989 durante um encontro efectuado em São Luís do Maranhão, Brasil, envolvendo os Chefes de Estado e de Governo dos Estados actualmente membros da cplp. Por iniciativa de José Aparecido de Oliveira, na altura embaixador brasileiro em Portugal, a ideia foi exposta e bem acolhida. Daí resultou a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (iilp). Cinco anos depois, em Fevereiro de 1994, os representantes dos negócios estrangeiros recomendaram aos seus governos a realização de uma cimeira com a finalidade de constituir formalmente a Comunidade. Nessa altura o optimismo reinava. No entanto, primeiro em Junho, depois em Novembro, a formalização da cplp foi adiada, por dificuldades atribuídas ora ao Brasil⁶, ora à Guiné-Bissau⁷, ora a Angola⁸.

Em Junho de 1995 o Comité de Embaixadores (denominação que substituiu o Grupo de Concertação Permanente, criado na reunião de Brasília de 1994 e formado pelos ministros das relações exteriores) agenda, finalmente, para o final do primeiro semestre de 1996 a Cimeira constitutiva da cplp, em Lisboa, o que veio efectivamente a ocorrer (embora no início do segundo semestre), após a reunião preparatória a nível ministerial realizada em Maputo, Moçambique, nos dias 17 e 18 de Abril.

O arrastar do processo de institucionalização da cplp não é em si mesmo grave. Muitos equilíbrios e interesses políticos e económicos, sobretudo internos a cada Estado mas igualmente regionais, pesaram na decisão final. Cada um terá, naturalmente, os seus próprios objectivos e entendimentos sobre esta Comunidade. A procura de consensos não se afigura, assim, fácil, não devendo por isso mesmo serem subestimadas as dúvidas, as reticências, as hesitações, as acusações subentendidas, etc., que ocorreram no passado e que facilmente se poderão repetir no futuro⁹.

Quando, por exemplo, Itamar Franco afirma que sente «que uma iniciativa brasileira, demoradamente negociada com todos os Estados interessados, como parceiros de igual soberania e merecedores do mesmo respeito, esteja sendo esvaziada antes mesmo de se institucionalizar»¹⁰, di-lo com alguma intencionalidade e certamente dirigido a alguém ou algum Estado, acrescentando mesmo discordar da decisão de entregar o cargo de Secretário Executivo da cplp a Angola¹¹. É evidente que Angola reagiu, não oficialmente, como é óbvio nestas circunstâncias, mas oficiosamente¹². E como se este «incidente» não fosse suficiente, nas vésperas da constituição da Comunidade é o próprio Presidente do Brasil a lançar mais alguma polémica¹³.

E que pensa disto Portugal? Neste aspecto, a forma discreta, silenciosa, optimista e intencionalmente desdramatizadora que o governo português sempre usou nestes casos¹⁴

(dando aqui um exemplo paradigmático de continuidade de política externa dos governos do psd e agora do ps) podem encontrar uma dupla explicação: por um lado, a intensidade de relacionamento económico entre Portugal e os palop é completamente distinto do existente entre o Brasil e estes Estados. Donde, o mal-estar e o azedume nas relações bilaterais, em consequência de acusações públicas explícitas, poderiam acarretar perdas maiores para Portugal do que para o Brasil. Por outro lado, os ganhos políticos e diplomáticos que Portugal pode vir a obter com a cplp são indiscutivelmente maiores relativamente a qualquer outro dos Estados membros, incluindo o Brasil. O caso recente da eleição de Portugal para o Conselho de Segurança pode ser um evidente exemplo desta última situação.

Mas este incómodo sempre acompanhará, certamente, a cplp. Não é grave se esta efectivamente conseguir definir acções concretas e encontrar os correspondentes meios adequados em benefício dos Estados da Comunidade. Neste caso, aquele passado passará apenas a ser recordado como um episódio, circunstancial, próprio das pressões político-diplomáticas do momento. Contudo, em ambiente de apatia, sem que se vislumbrem alterações significativas no conteúdo e volume que caracterizam as actuais relações entre estes Estados membros, certamente que será argumento fácil de ressuscitar e esgrimir.

Os diferentes entendimentos da cplp: qual o lugar da economia?

Embora os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tivessem aprovado e assinado uma Declaração Constitutiva e respectivos Estatutos tal não significa, contudo, que exista uma completa e clara unanimidade acerca do seu papel primordial. Isto mesmo pode ser aquilatado quer por declarações de responsáveis políticos dos diferentes Estados quer pelas posições públicas assumidas por elementos oriundos das respectivas sociedades civis (independentemente da sua existência ser mais ou menos incipiente neste ou naquele Estado).

A posição portuguesa

De um modo geral, o entendimento da cplp em Portugal tende a colocar a tónica de actuação num quadro alargado linguístico-cultural e técnico sobre o qual deverá repousar o reforço do relacionamento económico. Neste contexto, quando a questão do económico é directamente abordada ressalta, desde logo, o cuidado que se põe no refrear dos ânimos e expectativas (sobretudo a curto e médio prazos). Resultados político-diplomáticos, estes sim, parecem poder ser evocados desde logo. Não restam dúvidas que o simples facto de se ter instituído a cplp é fruto de um importante trabalho da diplomacia portuguesa (e da brasileira), traduzido ao longo dos últimos anos numa maior aproximação nas relações entre o Estado português e os palop. Pode-se conjecturar, é certo e legítimo, sobre a importância e influência das alterações de condicionalismos internos e internacionais que enquadraram o período de governação do Partido Socialista, num primeiro momento, e a do Partido Social Democrata depois. Mas se esta discussão é certamente estimulante, o que parece reunir a unanimidade, independentemente do quadrante político, é aquilo que Manuel Villaverde Cabral muito bem sintetiza quando escreve: «O sonho realizou-se (a formação da cplp) e Portugal dotou-se, como ambicionava, de um trunfo potencial para maximizar o seu estatuto na União Europeia e na cena mundial»¹⁵. Resta saber, contudo, se ao nível do simbólico os portugueses se sentem satisfeitos apenas com esta visibilidade

junto do exterior ou se, pelo contrário, ela é apenas «a versão democratizada do velho lusotropicalismo»¹⁶.

A tomada de posições públicas relativas à formação e entendimento do papel da cplp permite sintetizá-las numa topologia centrada em torno de seis ideias base:

a) A cplp como zona de comércio livre

Uma das referências mais comuns à Comunidade diz respeito à sua transformação numa zona de integração económica, não apenas com livre circulação de produtos, típica de uma zona de comércio livre, mas igualmente de pessoas ou mesmo de capitais, referência a um mercado comum. Como mais à frente se verá, decorre para Portugal a impossibilidade de formar uma tal zona económica em virtude dos deveres que decorrem do facto de ser membro da União Europeia, nomeadamente pela exigência do cumprimento da política comercial comum. Isto traduz-se, na prática, pela existência, por um lado, de um Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Económica e Comercial entre o Mercosul (onde está o Brasil) e a União Europeia (desde 1995) e, por outro, da Convenção de Lomé (acordo entre os Estados acp, onde se situam os palop, e a União Europeia).

Mas este entendimento não é generalizado. Assim, enquanto para uns «a cplp não visa a criação de um mercado único ou de uma união aduaneira»¹⁷ ou uma «zona comercial»¹⁸, seja porque tenham presente as limitações impostas pela participação portuguesa na União Europeia seja pela influência, a prazo, do movimento de integração regional de cada Estado¹⁹, para outros, pelo contrário, a cplp tem de ser entendida de forma ousada: «O meu sonho é que pudesse existir a comunidade económica dos países que falam português, independentemente das obrigações e dos vínculos e dos compromissos que nós temos ao nível da União Europeia. Se não se empenhar nesse caminho, Portugal uma vez mais está a dormir na forma»²⁰.

b) A cplp como meio para aumentar as trocas, aproveitar os recursos internos e promover o desenvolvimento económico dos países

Esta posição, formal e economicamente mais viável, tem sido transmitida na maioria dos casos por pessoas ligadas ao mundo empresarial. O seu raciocínio baseia-se na articulação entre os resultados práticos da cplp nos domínios económico e social e o efeito demonstração que isso gera junto dos povos que formam a Comunidade, único modo de se sentirem fazer parte de algo palpável e positivo²¹, no ganho acrescido que cada Estado terá nas negociações fora desta Comunidade²² e na possibilidade de potenciar, por esta via, os recursos dos Estados constituintes da cplp²³.

A refrear algum excesso de optimismo nesta matéria, há quem chame a atenção para os problemas que derivam quer da debilidade económica estrutural de alguns Estados participantes quer da débil relação intra-económica existente²⁴. Este modo de encarar o problema, realista, é certo, necessita de ser relativizado e colocado numa perspectiva dinâmica. Relativizado porque, conforme mais à frente se mostrará, a importância económica que representa para um Estado as relações com o conjunto de Estados desta Comunidade varia muito entre si, identificando-se claramente dois grupos de países. Colocada numa perspectiva dinâmica porquanto, a longo prazo, encontrada a estabilidade económica e política, a superação das suas debilidades estruturais implicará, necessariamente, novas e múltiplas oportunidades abertas no domínio económico.

c) As oportunidades da cplp enquanto charneira entre Europa/ África/América Latina/Mundo

A consideração de um ganho que cada Estado pertencente à cplp poderá vir a obter pelo facto desta se estender geograficamente por três continentes e diversos organismos regionais, é largamente referido: seja pela importância de nela estar presente um Estado da União Europeia²⁵, pela optimização da triangulação entre ue/Mercosul/ /Convenção de Lomé²⁶, pela colocação das diversas organizações regionais num pé de igualdade²⁷, ou seja ainda pela projecção da economia dos Estados da cplp num contexto económico mais alargado²⁸.

d) Para Portugal a direcção deve ser a cplp, a Europa ou ambas?

Não é de todo pacífica a resposta a esta questão, e que é, aliás, bastante antiga. O célebre dilema «A Europa ou a África?» que atravessou desde sempre a sociedade portuguesa, com especial ênfase as décadas de 60 e primeiros anos da década de 70, não foi senão resolvido, do ponto de vista político, através da independência das ex-colónias portuguesas. No entanto, a história e a malha de interesses económicos (e não só) existentes, não permitiu que toda a gente encarasse do mesmo modo a crescente integração económica e política no espaço europeu. As vantagens e inconvenientes para a sociedade e economia portuguesa derivados deste duplo direccionamento continuam a alimentar polémicas²⁹. Neste contexto, não deixa de ser sintomática e importante a posição de Mário Soares, europeísta convicto e dos principais responsáveis pela integração de Portugal na cee em 1986 (actual União Europeia) ao afirmar que «sempre entendi e defendi que os dois projectos (integração europeia e cplp) não eram incompatíveis nem, muito menos, contraditórios: eram, antes, perfeitamente complementares»³⁰.

Esta ideia de complementaridade não excusa, porém, que se possam e devam prioritarizar as áreas geográficas de actuação, nomeadamente através da definição de mercados-alvo estratégicos e de apoios ao processo de internacionalização da economia portuguesa. Assim, enquanto para uns a direcção (e portanto a opção) que se coloca a Portugal não é a cplp mas sim a Europa³¹, para outros, embora apontando no mesmo sentido, condimentam-no com a necessidade (pelo menos solidária) da ligação aos palop³², realçando o facto de Portugal dever reforçar o seu protagonismo na Europa através dos trunfos que possa vir a obter neste novo espaço, apelando simultaneamente para um reforço do investimento intragrupo e das parcerias empresariais como forma de maximização da cooperação empresarial³³ ou procurando potenciar as relações com o Brasil e os palop num quadro de prioritarização da participação na União Europeia³⁴.

Em síntese, a opção europeia quer do ponto de vista político quer económico assumiu, claramente a partir de 1976, o estatuto de opção estratégica no quadro da vertente atlântica em que desde sempre Portugal se inseriu, obrigando-o a uma clara redefinição geográfica, ou seja, «sem alterar a sua condição atlântica, Portugal alterou o seu lugar no mundo e o seu destino na história: da África para a Europa»³⁵.

e) A distribuição dos ganhos económicos

A posição económica inicial de cada Estado membro irá condicionar seguramente os benefícios individuais que dali se retirarão. Isto não significa, contudo, que os Estados

mais desenvolvidos, Portugal e Brasil, só tenham a ganhar com a existência desta Comunidade e que não exista, à partida, um interesse comum³⁶. As diferenças no nível de desenvolvimento e das estruturas económicas existentes tornam compreensível que «a curto prazo, a cplp tenha muito mais a esperar de Portugal do que Portugal a esperar da Comunidade»³⁷.

Mas se a cplp nasceu claramente «à sombra de dois Estados e não de um... (tendo) aqui uma informal mas real liderança bicéfala, a do Brasil e a de Portugal»³⁸, a repartição dos benefícios, embora podendo ser complementar entre os agentes económicos envolvidos, será um desafio permanente no interior desta comunidade. Isso permitirá aquilatar até que ponto pode ser levada e entendida a solidariedade no domínio económico e social³⁹.

Como já atrás fora sublinhado, é perfeitamente admissível tanto a coexistência de interesses diferenciados entre os Estados membros como a existência de estratégias empresariais não coincidentes. E o que é mesmo natural é que «subsistam interesses próprios de cada um dos Estados membros, visões regionais distintas, mas tudo isso pode e deve ser integrado e potenciado, no interesse de todos, na Comunidade»⁴⁰. Os anos que se vão seguir irão por decerto confirmar ou negar esta asserção de Mário Soares.

f) A defesa e promoção da língua e identidade cultural, e não a economia, como fundamentos e objectivos prioritários da cplp

Os vectores linguístico-cultural e económico partilham, na maioria das opiniões, as principais opções a atribuir à cplp. Tentando conciliar os dois aspectos, que não são à partida mutuamente exclusivos, Adriano Moreira advoga que «a defesa da língua é também a defesa da identidade do grupo e de cada membro: o económico vem por arrasto»⁴¹, numa linha de pensamento partilhada por Mário Soares⁴².

Este reconhecimento da importância da língua⁴³ e da cultura⁴⁴ deve ser ponderado, como oportunamente observa Jaime Gama: «A língua comum é condição necessária mas não suficiente para a garantia de sucesso da cplp»⁴⁵. Esta forma mais pragmática de colocar a questão fica distante daquela outra, porventura mais frontal, segundo a qual «uma primeira interpretação da chamada cplp é a de que pressupõe que ela assenta num fundo de identidade cultural comum aos sete Estados signatários... (pelo que) não vejo sob que forma, a não ser a de uma reminiscência ideológica sem qualquer conteúdo argumentável, será possível recorrer-se ainda a uma tal fundamentação para a comunidade de língua portuguesa»⁴⁶.

Seja que entendimento se tiver quanto ao papel da língua portuguesa na prossecução dos diversos objectivos da cplp, no mundo actual em que as interpenetrações culturais, técnicas e económicas fundamentam as relações internacionais, é seguro que a língua não só não é condição necessária para assegurar o êxito económico no relacionamento entre Estados como, por maioria de razão, está longe de ser condição suficiente⁴⁷.

A posição dos palop e do Brasil

Não foi pacífico, como ainda não o é, o entendimento que nestes Estados se dá à cplp, sendo talvez mais evidente no caso dos palop. Nota-se, nestes últimos, a procura de um equilíbrio interno, de cariz tranquilizador e exorcizante relativamente ao passado, e que pode ser sintetizado pela afirmação do responsável da diplomacia angolana: «Não tocando na soberania de cada um, tendo em consideração as especificidades, as

diferenças, mesmo até culturais, a situação geopolítica e geográfica de cada um dos Sete, iremos todos beneficiar com a Comunidade»⁴⁸. Afinal apenas decorreram vinte anos desde a independência dos Estados africanos. Por outro lado, existe claramente algum desfasamento entre as declarações produzidas ao mais alto nível político e ao nível da sociedade civil, sendo que a própria exiguidade de meios (em particular nos Estados africanos) não permite alargar a discussão a todos os potenciais interessados.

A reflexão sobre esta última questão mereceria, aliás, uma atenção e análise mais cuidada. Não é linear que exista nestes Estados uma única interpretação do papel da cplp, ora tendendo-se a realçar a ideia de que a Comunidade assenta nos cidadãos, nos seus interesses específicos e na procura de resolução dos seus problemas económicos e sociais ora defendendo a ideia de que ela não passa de um mero instrumento de articulação político-diplomática entre os Estados membros⁴⁹.

Os dois enfoques estão constantemente presentes no debate. Quando se advoga que uma das principais virtudes exteriores da cplp é a de que «vai dar mais peso aos Estados participantes junto da comunidade internacional»⁵⁰ enquanto ao nível interno se deve «privilegiar principalmente a vertente cultural sem deixar de pôr em relevo a cooperação económica»⁵¹, a nuance de apresentar em primeiro lugar a cultura e depois os aspectos económicos não recolhe, porém, a unanimidade dos Estados. Nota-se que são exactamente os Estados mais pobres deste grupo aqueles que fazem sobressair a prioridade da economia sem descurar, em segunda linha, a vertente linguística-cultural: Guiné-Bissau, São Tomé⁵² e Moçambique. Quer Angola quer mesmo Cabo Verde⁵³ são mais comedidos na ordenação hierárquica daqueles objectivos. O Brasil, sem pôr em causa o lado económico desta questão, tende mais para o lado da cooperação cultural⁵⁴.

Todas estas posições não são de estranhar. Para Estados cujas populações vivem no limiar da pobreza absoluta, toda a ajuda e apoio económico é bem-vindo. A retórica não alimenta e não resolve os problemas do curto prazo e, nestes Estados, o curto prazo significa tão somente o limiar da sobrevivência. Exactamente conhecedor destes anseios, o Brasil e Portugal não puseram excessivamente a tónica na importância do económico: não só não lhes interessa ter de suportar sozinhos a factura económica como as expectativas que entretanto se criem poderão ser perfeitamente defraudadas. Mas esta é, potencialmente, uma ambiguidade não totalmente resolvida à partida e que, a prazo, pode vir a tornar-se uma das causas fundamentais que suporte as acusações de inoperância e não cumprimento da cplp.

Embora as diferenças entre o Brasil, os Estados africanos de língua oficial portuguesa e estes entre si seja uma realidade que se traduz em objectivos e estratégias específicas⁵⁵, é possível agregar numa tipologia as posições, sobretudo oficiais, transmitidas pelo Brasil e pelos palop relativamente ao papel da Comunidade.

a) A cplp como zona de comércio livre

Os empresários dos palop tendem muito particularmente para a referência da criação de uma zona de comércio livre como objectivo central da cplp. As suas intervenções durante a Conferência «O Espaço Económico da Lusofonia», organizada pelo Fórum dos Empresários de Língua Portuguesa (felp) e realizada na fil em Abril de 1996, foram testemunha disso mesmo⁵⁶. A ideia de que um espaço económico comum, livre de entraves, poderia induzir e obrigar a uma mais rápida criação de condições internas propícias para a actuação dos empresários locais nos seus mercados internos

(estabilização económica, fim dos entraves administrativos, diminuição da concorrência desleal por parte do Estado, etc).⁵⁷, em parceria com os empresários portugueses e brasileiros, sobrepôs-se à argumentação mais racional da exequibilidade jurídica de tal espaço⁵⁸.

b) cplp como meio para aumentar as trocas, aproveitar os recursos internos e promover o desenvolvimento económico dos Estados

Esta perspectiva económica, indissolavelmente ligada à questão do aproveitamento da integração em espaços económicos regionais, é o principal enfoque nas posições oficiais, seja contextualizando-a no interior da Comunidade⁵⁹ ou transvasando-a para o domínio internacional⁶⁰.

Em qualquer das situações o que parece certo é assumir-se que o facto da cplp integrar Estados com níveis de desenvolvimento tão díspares não seja necessariamente motivo para que a Comunidade não possa contribuir para o bem-estar dos Estados membros⁶¹ ou para que uns se demitam dos esforços de cooperação esperando que outros o façam por eles⁶².

c) A integração em espaços regionais como potenciação da vertente económica da cplp

A ideia de que cada Estado é uma ponte, uma placa giratória, e que pode e deve canalizar os interesses económicos dos empresários desta Comunidade para o mercado mais alargado representado pelas organizações de integração económica regional em que se encontram inseridos, não é nova e é mesmo daquelas que é apresentada como das potencialmente mais atractivas e prometedoras no âmbito económico. Isto mesmo é apresentado tomando como exemplo a abertura para os mercados da América Latina⁶³, de África⁶⁴ ou mesmo da Ásia⁶⁵, acrescentando-se, simultaneamente, que o sucesso da cplp depende do sucesso de integração de cada Estado nas zonas económicas regionais respectivas⁶⁶.

Numa outra óptica, complementar da anterior, está o reconhecimento da importância daquelas organizações de âmbito regional na abertura de oportunidades de negócio para os empresários lusófonos, nomeadamente portugueses. Sustenta-se que isso só poderá trazer vantagens, não sendo, portanto, incompatível com a cplp⁶⁷. Contudo, o Ministro das Relações Exteriores guineense, por exemplo, chama a atenção para a necessidade de ter em conta a dinâmica e complexidade destes processos, o pragmatismo necessário e a não linearidade de raciocínios feitos a priori: «Os Estados africanos têm um mercado nacional incipiente e embrionário, o que nos causa dificuldades. Essa integração económica é positiva. Como há Estados vizinhos que são mais desenvolvidos, corremos o risco de dissolução, de sermos engolidos. Daí ser importante para toda a Comunidade lusófona ajudar a Guiné-Bissau a ter sucesso na região; caso contrário, é diluída, em vez de se afirmar com a identidade de Estado lusófono, sobretudo economicamente»⁶⁸.

Embora se apresente bastante consensual a visão referida neste ponto, há também quem questione a ordem de prioridades dada à integração: cplp primeiro e mercado regional depois ou o inverso?⁶⁹. É evidente que as implicações políticas e económicas, para a cplp, destas duas alternativas é perfeitamente distinta.

Os contornos económicos bilaterais da cplp

A caracterização do actual nível de relacionamento económico entre os Estados da cplp torna-se imprescindível no contexto de uma análise cuja incidência específica seja o domínio económico.

Os laços económicos actualmente existentes entre Portugal e cada um dos Estados africanos lusófonos contém actualmente o efeito da «inércia negocial»⁷⁰, caracterizada por um crescente retorno na procura de fontes mais familiares (ex-metrópole)⁷¹, ultrapassado que está o período do «exorcismo político-económico» pós-independência que os conduziu, mais nuns casos do que noutros, a encetar a diversificação das suas relações económicas externas e a procurar novos parceiros económicos, resultando daí uma diminuição da oferta da ex-metrópole⁷².

No caso da relação entre o Brasil e os palop, ao invés de existir este pano de fundo histórico que condicionou durante alguns anos o aprofundamento do relacionamento económico bilateral entre Portugal e os Estados africanos lusófonos, existia à partida, isso sim, uma espécie de cumplicidade histórico-sentimental derivada não apenas pelo facto do Brasil também ter sido uma colónia portuguesa mas também por ter sido largamente povoado pelos escravos originários de África, nomeadamente das ex-colónias portuguesas. Este factor, de índole psicológica e cultural, foi particularmente explorado pelo Brasil nos primeiros anos após as independências dos palop, tentando, assim, capitalizar no presente um dividendo com origem no passado⁷³. O que em parte conseguiu mas que foi perdendo fôlego posteriormente.

Quanto ao relacionamento económico entre os palop, a base de partida assentava fundamentalmente em dois vectores: um económico, baseado simplesmente na estrutura económica colonial herdada e outro, de índole política, assente na solidariedade própria de quem lutou por uma causa comum – o fim do colonialismo nos seus Estados – e institucionalmente cimentado na concp que funcionou, aliás, durante bastantes anos após as independências destes Estados.

É partindo deste enquadramento económico e político que se desenvolveram as relações económicas entre os Estados da cplp. Vinte anos depois, a estrutura comercial e de investimento entre Portugal e os palop e entre estes mudou acentuadamente, independentemente de manter alguns traços que se podem considerar quase estruturais⁷⁴.

Actualmente, a realidade das relações económicas bilaterais está traduzida nos Quadros que se seguem e é com referência a ela que se deve reflectir sobre as potencialidades económicas do espaço formado pelos sete Estados da cplp.

Embora não seja possível quantificar com pormenor a importância de alguns dos fluxos bilaterais para alguns dos Estados, em virtude da dificuldade de elaboração estatística e de acesso às mesmas, os dados são suficientemente elucidativos para poderem situar a discussão sobre os contornos económicos da cplp.

Quadro 1 Estados da CPLP: importações oriundas desta Comunidade relativamente ao total importado por cada Estado

(em percentagem)

Importações de	Angola			Brasil			Cabo Verde			Guiné-Bissau			Moçambique			Portugal			São Tomé			
	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	
Angola				2.2	7.4	n.d.	n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			26.7	24.3		n.d.(o)			
Brasil	0.4	n.d.	n.d.													0.2	0.25	0.34		n.d.(o)		
Cabo Verde		n.d.(o)		n.d.						n.d.(o)			n.d.(o)			33.6	34.5	43.8		n.d.(o)		
Guiné-Bissau		n.d.(o)		n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			32.3	37.7			n.d.(o)		
Moçambique		n.d.(o)		n.d.			n.d.(o)			n.d.(o)						3.9	4.2			n.d.(o)		
Portugal	0.03	0.02	0.04	1.4	1.52	1.57	0.00	0.01	0.02	0.02	0.01	0.02	0.08	0.09	1.0							
São Tomé	7.3	4.8		n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			35.4	28.3			0.00	0.00	0.00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas fontes⁷⁵. O valor percentual das importações angolanas provenientes do Brasil em 1994 refere-se ao primeiro trimestre.

Notas: n.d. – não disponível; n.d.(o) – não disponível (possivelmente inexpressivo ou inexistente).

Quadro 2 Estados da CPLP: exportações com destino a esta Comunidade no total exportado por cada Estado

(em percentagem)

Exportações para	Angola			Brasil			Cabo Verde			Guiné-Bissau			Moçambique			Portugal			São Tomé			
	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	
Angola				6.8*	2.6	n.d.	n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			4.3	0.03	n.d.		n.d.(o)		
Brasil																0.7	0.69	0.89				
Cabo Verde		n.d.(o)		n.d.(o)						n.d.(o)			n.d.(o)			48.8	58.8	88.6		n.d.(o)		
Guiné-Bissau		n.d.(o)		n.d.(o)			0.7	5.5					n.d.(o)			12.8	35.7			n.d.(o)		
Moçambique		n.d.(o)		n.d.			n.d.(o)			n.d.(o)						12.7	9.9			n.d.(o)		
Portugal	2.25	1.63	1.52	0.36	0.24	0.83	0.38	0.46	0.52	0.15	0.17	0.13	0.24	0.24	0.21							
São Tomé		n.d.(o)		n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			0.7	0.6			0.08	0.07	0.07

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas fontes (ver Quadro n.º 1).

Nota: n.d. – não disponível; n.d.(o) – não disponível (possivelmente inexpressivo ou inexistente); * corresponde ao ano de 1992. A percentagem das exportações angolanas para Portugal e para o Brasil em 1994 refere-se ao primeiro trimestre.

Quadro 3 Estados da CPLP: investimento com destino à Comunidade face ao investimento directo total de cada Estado no estrangeiro

(em percentagem)

Com destino a	Angola			Brasil			Cabo Verde			Guiné-Bissau			Moçambique			Portugal			São Tomé					
	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995			
Angola				n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.	n.d.	n.d.				n.d.		
Brasil																		0.24						
Cabo Verde				n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.	o	o				n.d.(o)		
Guiné-Bissau				n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.	o	n.d.				n.d.(o)		
Moçambique				n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)						o	n.d.	n.d.				n.d.(o)		
Portugal	1.37	0.47	0.49	0.14	0.78	3.24	0.14	0.08	2.21	o	0.08	0	2.88	7.28	0.19							0.02	o	0
São Tomé				n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.	n.d.	o						

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas fontes (ver Quadro n.º 1).

Nota: o – ausência de investimento; 0 – montante reduzido; n.d. – não disponível; n.d.(o) – não disponível (possivelmente inexpressivo ou inexistente).

Quadro 4 Estados da CPLP: investimento proveniente da Comunidade relativamente ao total do investimento directo estrangeiro recebido

(em percentagem)

Proveniente de	Angola			Brasil			Cabo Verde			Guiné-Bissau			Moçambique			Portugal			São Tomé					
	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995			
Angola				o	o	o	n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			58.1	87.1	35.8				n.d.(o)		
Brasil			0				n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)					0.58				n.d.(o)		
Cabo Verde				n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)					44.5				n.d.(o)		
Guiné Bissau				n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			100.0	21.8	61.1				n.d.(o)		
Moçambique				n.d.(o)		1.13	n.d.(o)			o	o	o						26.5	o	o	o			
Portugal	0.01	0.27	0	2.21	5.07	0.15	0	o	o	0	o	0	o	0	0							0	0	o
São Tomé				n.d.			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.(o)			n.d.								

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas fontes (ver Quadro n.º 1).

Nota: o – ausência de investimento; 0 – montante reduzido; n.d. – não disponível; n.d.(o) – não disponível (possivelmente inexpressivo ou inexistente).

O valor referente ao investimento efectuado por Portugal no ano de 1995 cobre o período de Janeiro a Novembro; o peso relativo do investimento português no Brasil refere-se aos valores acumulados até Junho de 1995; no caso de Angola, refere-se às *intencões de investimento estrangeiro* e exclui o sector petrolífero; o valor apurado para Cabo Verde respeita aos projectos de investimento apresentados ao Promex no período de 1993 a 1995 e, no caso de Moçambique, refere-se ao valor dos projectos autorizados entre 1985 e Junho de 1996.

Da interpretação dos quadros, sobressaem dois aspectos fundamentais:

- a importância relativa que Portugal tem, na óptica dos países, quer ao nível do seu comércio externo quer ao nível do investimento, não só no caso dos Estados mais pequenos (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé) como também no caso do Estado com maior potencial (Angola)⁷⁶. A isto contrapõe-se o reduzido ou inexistente peso do Brasil, excepto no relacionamento com Angola, e a quase pura inexistência do relacionamento intra-países; e,
- a maior importância que o mercado brasileiro assume para Portugal, e vice-versa, relativamente aos mercados dos Estados africanos lusófonos, com a excepção das exportações portuguesas para Angola.

É neste contexto que a reflexão sobre o papel que cada mercado pode desempenhar na economia dos Estados parceiros tem de se situar. E embora de um ponto de vista dinâmico se possa admitir que a realidade de hoje não é necessariamente o cenário de

amanhã, tem de admitir-se, igualmente, que o voluntarismo por si só não é força suficiente para alterar radicalmente os comportamentos actuais. Tudo isto tomado em consideração, impõe uma análise prospectiva mais cuidada e distanciada, particularmente se tomarmos em consideração as grandes opções estratégicas de cada Estado relativamente à sua inserção em espaços regionais, assunto tratado mais à frente neste artigo.

Não pode ser omitido ou tomado levianamente o facto de, por exemplo, em 1995 mais de 80% das exportações portuguesas e 70% das suas importações terem por parceiro a União Europeia, sucedendo o mesmo ao nível do seu investimento directo no exterior ou enquanto Estado receptor. Ou ainda que, em consequência dos esforços que o governo português tem vindo a desenvolver para internacionalizar a sua economia, as preferências reais e não meramente as intenções, optem claramente pela Europa, como se pode ver no Quadro 5.

Quadro 5 Internacionalização da economia portuguesa: intenções recebidas e projectos aprovados (até Setembro de 1996)

Estado	Intenções		Aprovações		(1) / (2)
	N.º (1)	%	N.º (2)	%	
União Europeia	309	52,2	39	78,0	12,6
Moçambique	45	7,61	2	4,0	4,4
Angola	36	6,10	0	0	0
Brasil	28	4,73	2	4,0	7,1
Cabo Verde	20	3,38	1	2,0	10,0
São Tomé	6	1,01	0	0	0
Guiné Bissau	6	1,01	0	0	0
Outros	141	23,8	6	12,0	4,2
Total	591	100,0	50	100,0	8,4

Fonte: CDI/ICEP⁷⁷.

No caso do Brasil, em 1994, 27% das suas exportações tiveram por destino a União Europeia enquanto 25% das suas importações tiveram ali origem, valores estes que estão próximos dos registados no comércio com os Estados Unidos, enquanto que no que diz respeito ao investimento recebido, mais de 36% provém da União Europeia e 32% dos Estados Unidos.

Esta desigualdade transmitida pelas estatísticas pode, no entanto, servir de contra-argumento, isto é, há que identificar todas aquelas áreas que podem potenciar o relacionamento bilateral, nomeadamente as áreas produtivas, precisamente aquelas que, por efeito de arrasto e sinergias criadas, induzem ganhos a montante e a jusante em cada Estado e corporizam relações mais fortes e duradouras. No horizonte de curto e médio prazo isso significaria, na óptica portuguesa, sair do domínio excessivamente centrado nos serviços nos palop (banca, construção civil, formação, assistência técnica, etc.) para apostar nos segmentos industriais e agrícolas. Um, de entre muitos outros resultados, seria a possibilidade de voltar ao aprovisionamento de matérias-primas junto dos mercados africanos lusófonos.

A discussão é obviamente longa e tanto se podem esgrimir argumentos a favor como contra. Para isso, torna-se necessário apresentar um quadro sintético de factores

favoráveis ou desagregadores da potenciação da utilização recíproca dos mercados dos sete Estados da cplp.

Espaço económico ou entendimento e concertação comercial?

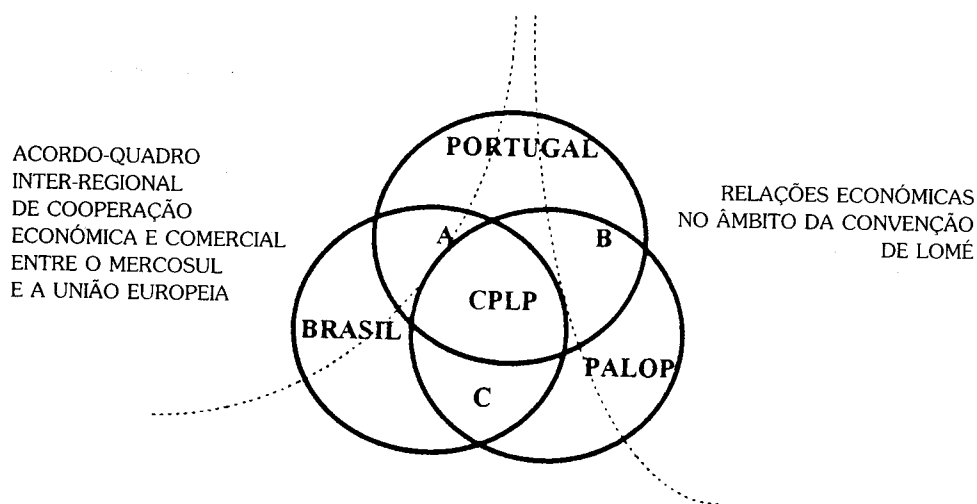
Uma das características económicas fundamentais da União Europeia nas suas relações com Estados terceiros diz respeito à existência de uma pauta aduaneira comum, obrigatória para todos os Estados membros. Isto significa que existe uma política comercial comum, prevista nos objectivos da Comunidade Europeia no art. 3.º, alínea b), e desenvolvida depois nos artigos 110.º a 115.º.

Quaisquer medidas respeitantes a esta política são tomadas pelo Conselho, pelo que os actos individuais e discricionários tomados por um dos Estados membros face a Estados terceiros não podem colidir com os princípios em que aquela se baseia, particularmente a que se refere ao estabelecimento da pauta aduaneira comum⁷⁸. Fica assim afastada desde logo a possibilidade de criação de uma zona de integração económica exclusivamente formada por Portugal, Brasil e os palop.

No entanto, a União Europeia, no âmbito da sua política comercial, tem estabelecidos dois acordos e que envolvem todos os Estados da cplp: através do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Económica e Comercial com o Mercosul (onde se integra o Brasil) e através da Convenção de Lomé (onde estão os palop) definem-se regras e princípios que norteiam as relações entre os Estados membros destes acordos (ver Figura 1). Por exemplo, no Capítulo 4 (Princípios que regem os instrumentos da cooperação), art. 25.º do Acordo da Convenção de Lomé iv é dito que o regime geral de trocas entre os Estados acp e a Comunidade baseia-se no princípio do livre acesso dos produtos originários daqueles Estados ao mercado comunitário, salvo as excepções enunciadas, acrescentando logo de seguida que «se baseia igualmente nos princípios da não-discriminação pelos Estados acp entre os Estados membros e a atribuição à Comunidade de um tratamento não menos favorável que o regime da nação mais favorecida»⁷⁹. Mais à frente, no art. 168.º, ponto 1, refere-se ainda que «os produtos originários dos Estados acp são admitidos à importação na Comunidade isentos de direitos aduaneiros e de taxas com efeito equivalente»⁸⁰.

Em síntese, resulta daqui a impossibilidade de transformação da cplp em zona de integração económica exclusiva aos seus membros.

Gráfico 1 Situação institucional que enquadra o aproveitamento recíproco das potencialidades dos mercados de cada Estado e, particularmente, da CPLP



Legenda: Interesses económicos bilaterais entre Portugal e o Brasil (área A); entre Portugal e os PALOP (área B) e entre o Brasil e os PALOP (área C); CPLP – área de interesses económicos recíprocos e comuns entre os Estados membros desta instituição, assente em projectos prioritários de desenvolvimento dos Estados mais necessitados. A situação idílica, na ausência de quaisquer constrangimentos formais, seria dada por: $CPLP > A=B=C$.

Esta é a situação supostamente ideal: todos os Estados membros da cplp teriam a mesma motivação e interesse no reforço dos laços económicos bilaterais e multilaterais, sendo que todos estariam igualmente empenhados em aproveitar o espaço comum que decorre da criação da Comunidade (a área cplp). Neste contexto as acções comuns, a criação de mecanismos de apoio financeiro, técnico e económico levariam o grupo, como um todo, a apostar no desenvolvimento económico dos Sete.

Há, então, que delimitar o sentido de espaço cplp do ponto de vista económico. Apesar da sua não transformação em espaço de integração económica, poder-se-á esperar que a institucionalização das múltiplas vertentes de relacionamento bilateral e multilateral possam induzir um melhor clima de entendimento e abertura, traduzindo-se tal facto num aumento do nível do relacionamento económico. Deste modo, o sentido económico da cplp deve ser encarado numa dupla perspectiva: a) em sentido restrito⁸¹: todas as acções e projectos que, recebendo o apoio do Fundo Especial⁸², possam servir de suporte a projectos que contribuam para o estímulo e desenvolvimento de sectores prioritários específicos neste ou naquele Estado, podendo ser concretizados, em parceria ou não, pelos empresários dos Estados interessados⁸³; b) em sentido lato: conjunto de todas as acções que estruturam o relacionamento económico inter-Estados e cujo acréscimo, relativamente à média dos últimos anos, deve ser atribuído ao efeito sinérgico decorrente da constituição da cplp.

A panóplia de acções e medidas é vasta. A título exemplificativo, a multilateralização, através de uma acção concertada pelos órgãos da cplp, dos acordos bilaterais de protecção dos investimentos já existentes⁸⁴ ou a criar, poderia originar um ambiente mais seguro e favorável ao investimento entre os Estados lusófonos⁸⁵. A cplp seria levada,

deste modo, a desempenhar um papel estimulante das acções económicas, não substituta das acções bilaterais mas, pelo menos, complementar. A vertente de entendimento e concertação negocial, prioritariamente vocacionada para projectos de impacto sobre as condições necessárias ao desenvolvimento económico e social dos Estados mais carenciados, seria assim o contributo e a face económica visível da cplp. As modalidades referentes ao apoio público e privado deveria ser outro dos assuntos a ser definido.

Factores agregadores ou potenciadores do relacionamento económico no seio da cplp

A dinamização, crescimento, diversificação e potenciação das relações económicas são alguns dos objectivos implícitos nos discursos sobre o relacionamento económico futuro entre os Estados da cplp. No ponto anterior demonstrou-se a impossibilidade de considerar este espaço alargado formado pelos mercados dos sete Estados como uma zona de integração económica. Sendo assim, o que no mínimo se espera é que o facto de se ter institucionalizado o diálogo conjunto isso permita, por indução, criar um quadro mais estimulante à aproximação económica entre as diversas partes. Isto é, um reforço das ligações bilaterais e um início de multilateralização que até ao presente tem estado ausente.

Não é tarefa fácil qualquer uma delas, particularmente a última. Contudo, existem à partida alguns factores que podem reforçar ou agregar as relações económicas no interior desta Comunidade, independentemente de se considerar ou não ser esse o seu objectivo prioritário⁸⁶.

Alguns dos factores que de seguida se enumeram podem ser encarados, simultaneamente, como factores inibidores ao desenvolvimento das relações económicas intra-cplp, assunto que será abordado no ponto seguinte deste artigo.

Sem preocupações de maior relativamente à ordem de importância a atribuir a cada um dos factores, centrar-nos-emos em três aspectos: desde logo, a necessidade de recuperação económica dos Estados africanos lusófonos. O quase tudo que há por fazer exige, do curto ao longo prazo, um empenhamento dos empresários e um apoio governamental profundos. Portugal e o Brasil certamente estarão em melhores condições para assegurar esse apoio no conjunto da cplp. E o facto de a concorrência com Estados terceiros ser elevada, não é motivo para que não se possa vir a assistir a um aumento da presença dos interesses económicos destes dois Estados nos palop.

A inserção dos Estados da cplp em áreas de integração económica regional pode igualmente ser um instrumento interessante de reforço das relações económicas bilaterais, talvez mais visível nos casos de integração regional dos Estados africanos (na perspectiva portuguesa e brasileira), do Brasil (na perspectiva portuguesa) e de Portugal (na perspectiva brasileira). Estamos concretamente a pensar nas consequências que advêm com o desvio de comércio induzido pela área de integração económica. Como forma de contornar esse problema, a resposta do Estado ameaçado (particularmente Portugal e Brasil) deverá ser a promoção do investimento directo nessa região, aproveitando as facilidades de produção e servindo o mercado regional, ou seja, dando origem ao chamado efeito de criação de investimento, o qual poderá multiplicar-se em resposta ao efeito interno de criação de comércio⁸⁷. A multiplicidade de declarações por parte de

responsáveis governamentais ou empresários, de qualquer um dos Estados da cplp, é bem elucidativo da compreensão da importância que pode revestir este factor.

Como factor genérico pode apontar-se o papel que podem desempenhar as afinidades históricas, linguísticas e culturais existentes entre os Estados da comunidade, sendo certo, como já foi referido, que elas não são condições necessárias e muito menos suficientes. O sentido que se deve atribuir a este factor é muito amplo. Desde a facilidade criada pelo uso da mesma língua, particularmente importante em áreas específicas como sejam a formação e a assistência técnica, passando pela influência exercida pelas importantes comunidades africanas, portuguesa e brasileira residentes em Estados da cplp ou pela influência cultural, traduzida, por exemplo, na estrutura de consumo, mais evidente nos «produtos da saudade»⁸⁸.

Factores centrífugos ao reforço das relações económicas intra-cplp

Um dos problemas centrais com que se irá defrontar a cplp diz respeito à elevada expectativa e aposta que o todo ou as partes possam ter relativamente aos benefícios económicos decorrentes da Comunidade. Passou bastante tempo até que a sua formalização se concretizasse o que, conjugado com a insistência da sua institucionalização, nomeadamente por parte de Portugal e do Brasil, faz entender aos olhos dos Estados africanos que há um empenhamento activo na prossecução dos seus objectivos. Ora, a contrapartida desta percepção só pode ter tradução na obtenção de resultados concretos, contribuintes para o desenvolvimento económico e social destes Estados. Caso contrário, terá sido um simples desperdício de esforços. E, a menos que apareçam tais benefícios, far-se-ão sentir a médio e longo prazo, e ainda com maior intensidade, alguns dos já existentes, ou potencialmente existentes, sinais premonitórios de centrifugação a este espaço.

Há, assim, um primeiro factor centrifugador que é o tempo. Ao contrário de Portugal e do Brasil, os Estados africanos não se podem dar ao luxo de perder tempo. As enormes dificuldades porque passam as suas populações impele os seus governos a estarem sujeitos à pressão do curto prazo, eventualmente do médio prazo. Neste contexto, ou os diversos agentes económicos e actores sociais se apercebem de resultados práticos, palpáveis e positivos, derivados do funcionamento da cplp, ou então esta passará a ser mais uma de múltiplas outras organizações em que os seus Estados se encontram inseridos.

Daqui decorre que, pelo peso da História e pelo seu nível de desenvolvimento e inserção na União Europeia, é para Portugal que naturalmente se irão centrar as atenções. Em última análise, é a ele que se pedirão contas e responsabilidades sobre os êxitos económicos desta Comunidade. Tarefa ingrata, certamente, quer para o governo quer para o conjunto da classe empresarial portuguesa. Neste contexto, a saída mais óbvia, particularmente para os Estados africanos, é a procura de alternativas: este é o segundo factor centrifugador. Têm-se vindo a esboçar, nestes últimos anos, comportamentos e tomadas de decisão que fundamentam esta preocupação: a entrada de Moçambique para a Commonwealth; a participação da Guiné-Bissau como membro observador das Cimeiras franco-africanas; a suspensão do acordo monetário entre Portugal e aquele Estado e a recente manifestação da sua intenção de substituir o peso guineense pelo franco cfa aderindo, deste modo, à zona monetária da umoa, controlada em última análise pela

França; posições similares deixadas transparecer por São Tomé e Príncipe, Estado com o qual, aliás, nunca se chegou a acordo quanto a um arranjo monetário semelhante ao existente com a Guiné-Bissau, pese embora o desejo manifestado pelo governo sãotomense; finalmente, a adesão à francofonia por parte de Cabo Verde e traduzida na adesão à Agência de Cooperação Científica e Técnica⁸⁹.

Estes são alguns factos, bem reais e nada imaginários. Pouco importa que se argumente que os Estados em causa têm a soberania suficiente para tomarem as suas próprias decisões e no seu próprio benefício. Não se trata obviamente de questionar isso. Trata-se, isso sim, de perceber que o fracasso em corresponder às expectativas de benefícios económicos, que a relação com Portugal no passado poderia ter permitido, conduziu esses Estados à procura de outras alternativas⁹⁰. Legítimas, é evidente. E, à partida, não necessariamente substitutas da cooperação no seio da cplp. Contudo, a menos que esta venha a mostrar resultados e não apenas retórica de solidariedade, esta vertente centrífuga acentuar-se-á. Como bem observa e sintetiza o Presidente de Cabo Verde, Carlos Veiga, «não podemos ficar eternamente à espera de Portugal»⁹¹.

Intimamente relacionado com esta procura de alternativas em sentido lato, ocorre um potencial terceiro factor de centrifugação: a integração económica regional de cada um dos Estados membros. Ressalta, desde já, a complexidade deste dossier e suas consequências. Como se verificou quer no ponto anterior quer no registo das declarações dos governantes dos diferentes Estados integrantes da cplp, a integração regional pode ser dos factores de dimensão económica com maiores potencialidades a ser explorada no futuro, conduzindo deste modo a um reforço das inter-relações económicas no seio desta Comunidade. No entanto, e apenas paradoxal à primeira vista, encerra também um forte elemento centrífugo à maior aproximação no interior da cplp.

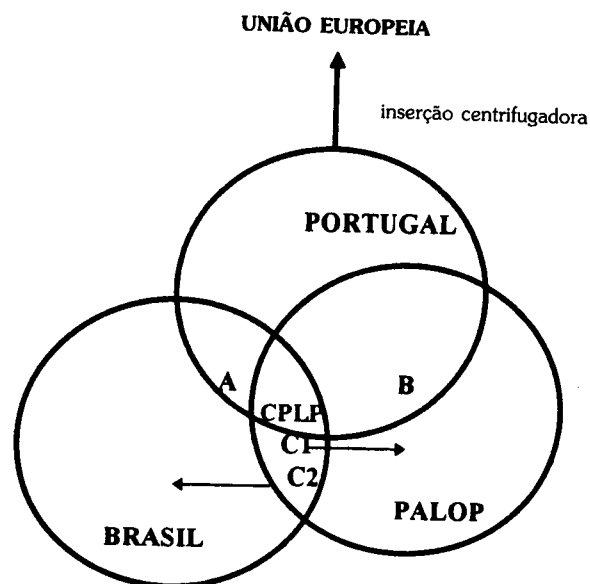
A razão para que isto possa ocorrer deriva basicamente da conjugação de dois vectores: uma melhoria no funcionamento e performance económica das organizações económicas regionais (particularmente as africanas e o próprio Mercosul), o que servirá de pólo de atração para as economias integradas nesses espaços regionais (o que até agora apenas se verificou de forma muito débil) e a falta de aproveitamento por parte dos empresários, lusos ou lusófonos, das oportunidades que se lhes oferecerem para aí actuarem, quer pela via do comércio, do investimento ou da prestação de serviços.

Assim, tendo em conta a actual inserção regional dos Estados integrantes da cplp, e a importância económica e política que essas organizações representam para cada um dos Estados no contexto nacional, regional e internacional, parece poder evidenciar-se de forma simples e por representação gráfica a perspectiva económica estratégica que cada Estado tem relativamente a cada um dos espaços económicos em que está inserido, à cplp e aos Estados parceiros.

Esta aproximação obriga a que se considere os comportamentos estratégicos de cada um dos Estados, conscientes que estão da existência dos outros parceiros (e das suas respectivas estratégias) e tomam isso em conta quando definem a sua linha de actuação. Naturalmente que entramos aqui no domínio daquilo que em teoria económica é conhecido por «teoria dos jogos». O jogo – a cplp – pressupõe a existência de um consenso mínimo por parte dos participantes (os Estados que integram esta Comunidade), o que leva a poder dizer-se que o benefício mútuo existente assenta num nível mínimo de cooperação, isto é, existem soluções do tipo cooperativo. Contudo, as soluções deste tipo levantam algumas questões, nomeadamente: indeterminação quanto à divisão dos

benefícios de cooperação entre os Estados parceiros e instabilidade associada ao facto de algum participante não estar interessado nesse tipo de solução. Passamos, então, para o domínio da procura de soluções não cooperativas⁹². As acções e estratégias delineadas individualmente passam a ter que considerar as possíveis acções alternativas que os parceiros irão tomar. O quadro de actuação evidencia, neste caso, a complexidade de saídas e a imprevisibilidade de resultados. Não sendo objectivo deste artigo desenvolver este aspecto específico, ele deve, porém, estar presente em toda a exposição que se segue. Assim sendo, é mais razoável raciocinar-se num quadro que tome em consideração o que tem sido até agora a estratégia (definição de prioridades) individualmente seguida pelos governos e pelas classes empresariais destes Estados, para que se possam tecer algumas considerações sobre a possibilidade da existência de uma potencial influência centrífuga sobre a cplp, originada com a integração regional.

Gráfico 2 Perspectiva económica estratégica de Portugal face aos PALOP, ao Brasil e à CPLP

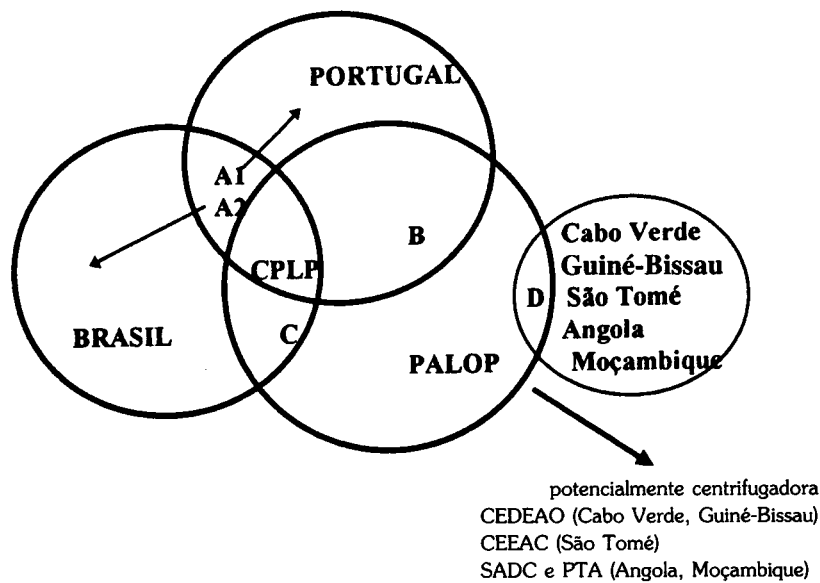


Conclusão: $B > A > CPLP$, com CPLP em sentido restrito.
C1 Visão de Portugal da área de interesse do Brasil nas relações com os PALOP, em resposta à estratégia portuguesa.
C2 Visão de Portugal da área de interesse dos PALOP nas relações com o Brasil, em resposta à estratégia portuguesa.

As estatísticas inseridas nos quadros apresentados anteriormente puseram em evidência que o comércio externo e o investimento português no estrangeiro direccionam-se maioritariamente para o espaço europeu. É o espaço natural de integração da economia portuguesa. No entanto, as relações passadas e actuais com os palop e a aposta na recuperação das suas economias, particularmente de Angola e Moçambique, permitem acalentar alguma expectativa quanto a um maior envolvimento das empresas portuguesas nesses mercados. Face à dimensão e diversificação das relações económicas já existentes,

parece que a estratégia de actuação das empresas portuguesas e o apoio governamental privilegiarão o relacionamento bilateral em detrimento de grandes e significativas acções concertadas no conjunto da cplp. Daí que a área B seja significativamente maior que a área cplp, sendo esta, por seu turno, menor que a área correspondente ao desenvolvimento do relacionamento económico bilateral entre Portugal e o Brasil e que ultimamente tem vindo a despertar cada vez maior atenção. Em suma, a inserção da economia portuguesa no espaço europeu, embora não seja incompatível com o reforço e alargamento da sua actuação junto dos palop e do Brasil, será o centro nuclear dos interesses económicos portugueses. A sua perspectiva estratégica de internacionalização e a sua optimização parecem indicar que o relacionamento bilateral deva ser privilegiado.

Gráfico 3 Perspectiva económica estratégica dos PALOP face a Portugal, Brasil, entre si e CPLP



Conclusão: B > CPLP > C > D, com CPLP em sentido restrito.

A1 Visão dos PALOP da área de interesse do Brasil nas relações com Portugal, em resposta à sua estratégia.

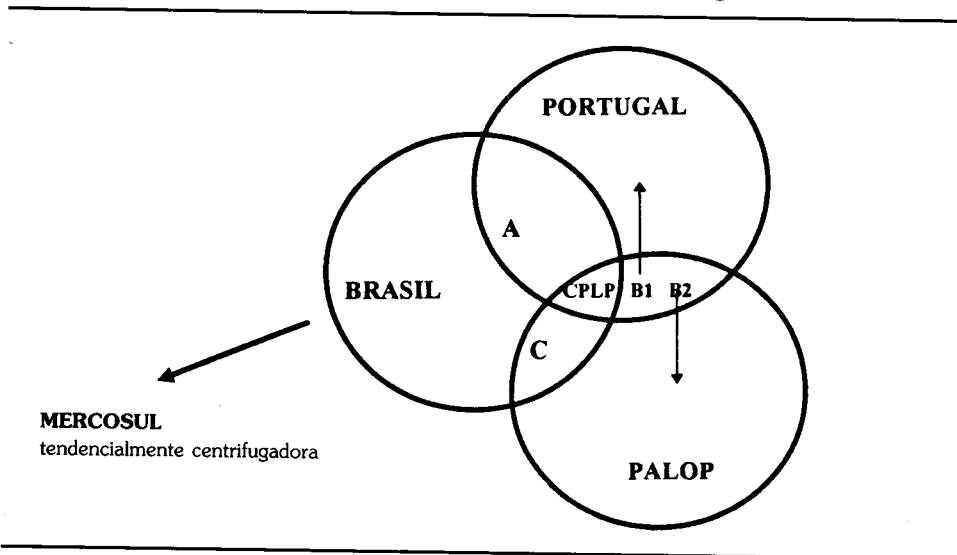
A2 Visão dos PALOP da área de interesse de Portugal nas relações com o Brasil, em resposta à sua estratégia.

Os quadros estatísticos inseridos neste artigo permitem aquilatar da importância que as relações económicas entre os palop e Portugal assumem para aqueles Estados e, por omissão estatística, o inexpressivo ou mesmo inexistente peso das relações económicas inter-palop. O Brasil, face a Portugal, não tem tanta expressão económica. Tudo indica, assim, que a procura de apoio preferencial junto das autoridades portuguesas e dos empresários portugueses manter-se-á, pelo que a área B é bem maior que a C, sendo esta última menor face à área cplp. Razão: na óptica dos Estados africanos parece ser desejável o reforço da aproximação encetada neste «condomínio», seja por motivos políticos seja por causas estritamente económicas. Neste último caso, a procura de parcerias envolvendo conjuntamente interesses económicos portugueses, brasileiros e nacionais, prefigurando uma actuação do género «consórcio ou sindicato pan-cplp» em determinadas áreas que exijam elevados recursos financeiros, técnicos e humanos, pode

ser uma forma prática de encarar a Comunidade. Finalmente, e em termos de prioridade, fica a área D – reforço das relações económicas entre os cinco Estados africanos de expressão portuguesa. As condições de debilidade estrutural que as caracterizam e o forte carácter concorrencial entre esses Estados não permitem, a curto e médio prazo, esperar que possam representar alternativas económicas face a Portugal, ao Brasil ou mesmo aos espaços regionais onde se integram formalmente.

Destaque, finalmente, para o papel potencialmente centrifugador que a integração económica destes Estados pode vir a desempenhar neste processo, redireccionando os seus fluxos económicos. Embora a evidência dos factos permita fazer um balanço pouco estimulante quanto aos resultados que se têm obtido nas respectivas organizações regionais de integração económica, no futuro poder-se-á assistir a uma inversão da tendência. Daí que se afigure a existência de um cenário potencialmente centrifugador, como bem sintetiza o Presidente da Guiné-Bissau ao declarar que «o distanciamento geográfico, a nova inserção em zonas geopolíticas e económicas naturais, a consequente pressão das forças centrípetas a que estamos sujeitos são factores que importa gerir com inteligência»⁹³.

Gráfico 4 Perspectiva económica estratégica do Brasil face a Portugal, PALOP e CPLP



Conclusão: $A > C > \text{CPLP}$, com CPLP em sentido restrito.

B1 Visão do Brasil da área de interesse dos PALOP nas relações com Portugal, em resposta à estratégia brasileira.

B2 Visão do Brasil da área de interesse de Portugal nas relações com os PALOP, em resposta à estratégia brasileira⁹⁴.

Finalmente o caso do Brasil. Dois importantes factores têm de ser, à partida, equacionados: a inserção do Brasil no Mercosul e o Acordo-Quadro existente entre o Mercosul e a União Europeia desde Dezembro de 1995. Enquanto o primeiro representa claramente uma tendência centrífuga ao espaço da cplp, visto ser um espaço natural e prioritário de integração da economia brasileira e uma prioridade na política externa brasileira, o segundo (Acordo com a União Europeia) é potencialmente um novo elemento a ter em consideração quer pela importância que o Brasil já entendeu dar ao mercado europeu quer pela aposta que a União Europeia tem vindo a fazer junto da

América Latina⁹⁵. Resultado previsível: é com o espaço económico representado por Portugal que parece existir maior atração e possibilidade de obtenção de benefícios. O espaço de relacionamento bilateral com os países situar-se-ia, neste contexto, num plano imediatamente a seguir, relegando para último lugar a estratégia de actuação conjunta no espaço representado pela cplp. As motivações para esta hierarquização são, assim, muito próximas das apresentadas por Portugal.

Poder-se-á dizer, em jeito de conclusão deste terceiro factor, que em todas as situações o espaço comum (cplp) não parece vir a desempenhar o leitmotiv principal na aproximação e reforço dos laços económicos entre os Estados membros, preferindo os dois principais Estados (Portugal e Brasil) actuar com base em estratégias mais individualizadas sem contudo excluírem parcerias ou aproximações multilaterais a este espaço. Só no caso dos países se revela um interesse maior na actuação «tripartida», o que é explicável pela sua maior debilidade económica estrutural e necessidade de apoio dos outros dois parceiros.

O quarto e último factor desagregador respeita às condições económicas internas dos Estados africanos. A estabilização e a recuperação económica destes últimos Estados é uma necessidade imperiosa. A criação de um quadro e ambiente económico, político-institucional e jurídico propício para a emergência e posterior consolidação de uma classe empresarial nacional é tarefa prioritária. Na condição de se manterem os actuais constrangimentos que pesam sobre estes Estados, nada de substancialmente diferente e novo há a esperar do empenhamento económico dos governos e sobretudo dos empresários portugueses e brasileiros. A questão do reforço de actuação económica no espaço cplp, nomeadamente nos países, dependerá, então, e em primeiro lugar, da evolução da situação económica e social actualmente prevalecente nestes Estados.

Conclusão e perspectivas

Há alguma razão de ser na existência da cplp? Se pensarmos sobretudo nos seus aspectos político-diplomáticos e culturais, a resposta tenderá para o lado afirmativo. No entanto, se tomarmos os seus contornos económicos como eixo referencial, então a resposta não é inequivocamente afirmativa.

A perspectiva muitas vezes prevalecente em torno deste último prisma tende a ser minimalista, isto é, entre existir ou não existir cplp mais vale a sua existência, per si, do que o vazio até agora reinante. O problema é que se a Comunidade existe, ela deve servir para alguma coisa. E se ela existe, a alguém (nomeadamente Estado) se irá pedir contas relativamente aos resultados alcançados. Quem vai pedir contas? Antes de mais e em primeiro lugar os Estados africanos lusófonos. A quem? Em primeiro lugar a Portugal, mas o Brasil certamente não ficará de fora. Porque razão? Pelo defraudar das expectativas.

A gestão das expectativas é, assim, o problema central desta Comunidade, particularmente quando encarada sob o prisma económico. Todos os intervenientes neste processo referem as potencialidades económicas que se oferecem com a institucionalização da cplp. Seja porque agora se terá criado um novo espírito de cooperação, seja porque se poderá utilizar o mercado alargado composto pelos sete Estados da Comunidade, seja ainda porque se descobriu «at last» as virtualidades da inserção de cada um destes Estados nos seus espaços regionais. Mas nestes três aspectos, o que é que verdadeiramente se alterou com a criação da cplp? Nada. Desde logo porque

não há espaço económico comum a ser utilizado pelas empresas dos respectivos Estados, depois porque o motor das relações económicas entre os Estados sempre assentou e continuará a assentar no bilateralismo e, finalmente, porque a variável fundamental e condicionadora do volume e diversificação das relações económicas respeita mais à situação interna, económica e política, dos países do que ao apregoar constante do voluntarismo político. Em que sentido a criação da cplp conseguirá inverter estas realidades objectivas que a ultrapassam?

A ser assim, o excesso de optimismo e expectativa propagados no nascimento da cplp, mobilizador de boas vontades nos primeiros tempos, poder-se-á tornar, a seu tempo e quando comparado com os resultados alcançados, no seu contrário, isto é, o argumento da sua inoperância.

Neste contexto, se a espada de Dâmoçles pende sobre alguém, esse alguém é, sem dúvida, Portugal. Mais do que ao Brasil, é a Portugal que se pedirão contas. Por várias razões, sejam históricas, morais, económicas ou políticas. Mais do que o desenvolvimento de Portugal ou do Brasil, o que aqui está em jogo é a sobrevivência dos países. Estes dois Estados têm já um nível de relacionamento económico que em nada se compara com o que caracteriza as suas relações com os Estados africanos lusófonos, isto porque compreenderam há muito a importância e consequências que advêm do papel que as suas organizações económicas regionais desempenham e virão a desempenhar no futuro. Se os agentes económicos propulsores do relacionamento económico são os empresários, a menos que o quadro actual dos países se altere, não se podem esperar grandes empenhamentos empresariais, portugueses ou brasileiros. Mas, no entanto, é exactamente a medição dos resultados económicos que será evocada pelos países para aferir se valeu a pena ou não a criação da cplp. A cultura, no sentido lato, é reconhecidamente um factor importante nesta Comunidade, mas os problemas dos Estados africanos são dois: curto prazo e satisfação das necessidades básicas, ou seja, promoção do desenvolvimento económico e social. Conseguirá a cplp responder a isto? Porque, não haja ilusões, é por esta bitola que a Comunidade será julgada.

O facto de à partida, com a constituição da cplp, não ter ficado perfeitamente claro, sem ambiguidades ou margens para dúvidas, o que se pode esperar da cplp, implica que cada Estado estabeleceu uma ordem hierárquica de prioridades relativamente aos benefícios que pensa poder retirar da existência da Comunidade.

Quadro 6 Hierarquização de prioridades segundo cada Estado da CPLP

	Concertação político-diplomática	Cooperação técnico-cultural	Estímulo ao desenvolvimento económico
Angola	3. ^a	1. ^a	2. ^a
Brasil	2. ^a	1. ^a	3. ^a
Cabo Verde	3. ^a	2. ^a	1. ^a
Guiné-Bissau	3. ^a	2. ^a	1. ^a
Moçambique	3. ^a	2. ^a	1. ^a
Portugal	1. ^a	2. ^a	3. ^a
São Tomé	3. ^a	2. ^a	1. ^a

A leitura deste quadro faz realçar que o maior desafio colocado à cplp deve ser a procura de um consenso que simultaneamente satisfaça a óptica mercantil e desenvolvimentista e a óptica político-diplomática. Se se conseguir encontrar um ponto de equilíbrio entre as

duas perspectivas, ter-se-á alcançado o denominador comum conciliador daqueles diferentes entendimentos.

Assim, um dos desafios que se coloca à cplp – na perspectiva económica – é tornar efectivos projectos que congreguem os esforços simultâneos dos diferentes Estados, com o intuito, até aqui ausente, de promover acções conjuntas dinamizadoras do desenvolvimento económico e social dos Estados mais carenciados. Significa isto tornar a cplp uma instituição actuante, conceptualmente operacional. Dito de outro modo, há que passar do enfoque bilateral (sem o negar) para o multilateral, conferindo-lhe um conteúdo de parceria para o desenvolvimento. Contudo, as resistências impostas pelas estratégias e interesses de Estado e empresariais, ao nível de cada Estado, limitarão decerto a extensão da parceria para o desenvolvimento. Mais a mais, o perigo de defraudar este objectivo e esvaziar a sua essência continuarão a manter-se sempre presentes se se passar a considerar todo o relacionamento bilateral como cabendo numa grande etiqueta «made in cplp», multilateralizando o que é estritamente bilateral, não resistindo ao fácil apelo do impacto mediático, à semelhança do que tem sucedido com a consideração de toda e qualquer simples operação mercantil como sendo um acto de «cooperação».

A não ser que se coloque a economia ao nível a que deve ser realmente percebida pela cplp, o futuro avizinhar-se-á particularmente difícil. O gorar das expectativas atingirá não apenas os Estados africanos lusófonos mas igualmente a classe empresarial, emergente nos Estados lusófonos, ou aquela que poderia e deveria liderar o processo, portugueses e brasileiros. E se é sem dúvida importante dar corpo político-diplomático a este espaço para não enjeitar a corrente latente que até aqui não foi utilizada em toda a sua expressão⁹⁶, de modo a que a articulação política e diplomática dos Estados membros, entre si e face a terceiros e, sobretudo, no âmbito das organizações internacionais⁹⁷ se possa fazer sentir, não é menos importante também que o lado económico ajudaria a resolver muitos problemas, nos palop, mas igualmente em Portugal e no Brasil. Neste contexto, e no caso português, a cplp seria encarada como o instrumento que finalmente permitiria inverter a opinião segundo a qual sempre tem existido um grau mais elevado de aspirações do que substância na relação com os palop.

NOTAS

¹ Sem esquecer naturalmente Timor-Leste, para quem este dia é de má memória, como fez questão de frisar José Ramos Horta, representante da resistência timorense, Prémio Nobel da Paz 1996: «No dia 17 de Julho de 1976, Timor-Leste era anexada como 27.ª província da Indonésia. No mesmo dia, vinte anos depois, em 1996, nasceu em Lisboa a cplp. As datas foram mera coincidência», José Ramos Horta, «Timor-Leste, a cplp e o Brasil», Expresso, 20 de Julho de 1996.

² Conforme ponto 3 do Comunicado Final da sessão de trabalho da conferência de Chefes de Estado e de Governo, constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Lisboa a 17 de Julho de 1996.

³ Bernardino Vieira, Presidente da República da Guiné-Bissau, em intervenção durante a sessão de formalização da cplp a 17 de Julho de 1996.

⁴ José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, em intervenção durante a sessão de formalização da cplp a 17 de Julho de 1996.

⁵ Os representantes de catorze partidos políticos da oposição civil angolana (poc) e onde se integram, entre outros partidos mas com representação parlamentar, a fnla e a FpD, reunidos num workshop em Luanda no dia 15 de Maio (Jornal de Angola, 16 de Maio de 1996), ou seja, dois meses antes da institucionalização da cplp propuseram que se realizasse um referendo sobre a sua criação, enfatizando que «nem todos os angolanos pensam que este seja o momento mais oportuno», Público, 18 de Maio de 1996.

⁶ Indicação de José Sarney (ex-Presidente do Brasil naquela data) para representar o Brasil em vez de Itamar Franco, o que indispsôs o meio diplomático.

⁷ A campanha eleitoral para a eleição presidencial neste país foi a razão evocada para a ausência do Presidente guineense.

⁸ Admite-se que o Presidente angolano se recusou a estar presente na sessão agendada para 28 e 29 de Novembro como resposta a declarações do Presidente português, Mário Soares, sobre a situação de guerra em Angola.

⁹ Não será por acaso que Briosa e Gala, ex-Secretário de Estado da Cooperação de Portugal, tenha referido que «durante o exercício das minhas funções governativas, fui confrontado com as dúvidas de muitos dirigentes e individualidades africanos acerca do interesse real da criação da cplp». Ver Briosa e Gala, «Comunhão de fortunas na língua portuguesa», Expresso, 29 de Junho de 1996.

¹⁰ Itamar Franco, ex-Presidente do Brasil e ex-Embaixador em Portugal, «A construção ameaçada», Público, 22 de Maio de 1996.

¹¹ «Agora em Maputo, como se fosse para evitar uma solução natural, adoptou-se uma atitude temerária para o futuro da cplp», ibidem.

¹² No Jornal de Angola, Luanda, de 2 de Junho de 1996, pode ler-se no artigo «Lusófonos de 1.a e 2.a», após fortes críticas a Itamar Franco: «É caso para dizer: teremos uma cplp com lusófonos de primeira e lusófonos de segunda. Onde é que eu já vi isto...?».

¹³ Fernando Henrique Cardoso, Presidente do Brasil, questionado pelo Expresso de 13 de Julho de 1996 sobre as razões porque custou tanto a cplp a sair do papel, respondeu: «Porque estas coisas são mesmo difíceis, exigem longas negociações, os problemas surgem não se sabe de onde e paralisam tudo. Os últimos problemas não dependeram de Portugal nem do Brasil, mas dos países africanos».

¹⁴ Ao contrário do que escreveu Itamar Franco, Público, 22 de Maio de 1996, para quem «é chegado o tempo para que as relações diplomáticas entre os Estados soberanos se façam com nova linguagem e percam as subtilezas florentinas», o pragmatismo e a realpolitik nas relações entre Estados obrigam a alguma ou, na maior parte das vezes, a muita contenção.

¹⁵ Manuel Villaverde Cabral, «cplp – Potencial e contradições», Diário de Notícias, 22 de Julho de 1996.

¹⁶ De acordo com Manuel Villaverde Cabral, «a criação da cplp constitui a realização de um sonho partilhado por todas as nossas élites, desde a extrema direita nostálgica do Império até à extrema esquerda adversa ao capitalismo europeu: é a versão democratizada do velho luso-tropicalismo», «cplp – Potencial e contradições», Diário de Notícias, 22 de Julho de 1996.

¹⁷ Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em entrevista ao Público, 17 de Julho de 1996.

¹⁸ José Lamego, Secretário de Estado da Cooperação de Portugal, em entrevista a África Hoje, Dezembro, 1995: «Não estou a ver a cplp como uma zona comercial».

¹⁹ É a posição de Miguel Cadilhe, presidente do bfe, em entrevista a África Hoje, Junho de 1996. Aí pode-se ler que «acho pouco provável que a cplp desemboque numa comunidade económica, porque estamos hoje a assistir à integração regional de Estados. Dentro de dez ou quinze anos estes Estados já estarão completamente integrados nos respectivos blocos regionais. Por outro lado, as comunidades económicas formam-se a partir de condições naturais. A língua só não chega».

²⁰ Manuel Monteiro, presidente do Partido Popular, Público, 7 de Agosto de 1996. Este político acrescenta ainda que «de nada serve, sob o ponto de vista dos discursos, dizermos que fazemos parte de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, se a esse campo político não associarmos o campo económico».

²¹ «A importância da resposta que a Comunidade puder vir a dar aos anseios dos povos e Estados para alcançarem maior prosperidade... (necessidade) de articulação de políticas de estímulo ao desenvolvimento económico, à criação de emprego e à justiça social. Julgo que este aspecto é essencial para que os povos dos sete países acreditem e promovam a cplp», Francisco Mantero, presidente da elo, entrevista ao Diário de Notícias, 7 de Outubro de 1996.

²² Para António Espírito Santo, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileiro, África Hoje, Junho de 1996, «o projecto é fundamental na sua vertente económica para o desenvolvimento das relações entre Portugal, Brasil e palop. Virá dar, decerto, muito peso institucional a qualquer um dos Estados e espaços nas suas negociações com Estados e espaços terceiros».

²³ De acordo com Daniel Pedrosa Lopes, presidente da Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, editorial da Revista Portugal/Moçambique da ccpm, Agosto de 1996, «se as componentes principais (da cplp) são de índole histórica, linguística e diplomática, é certo que as potencialidades económicas inseridas nos Estados constituintes, como nas regiões geográficas a que pertencem, não são de desprezar».

²⁴ Na óptica de Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 22 de Julho de 1996, «cplp – Potencial e contradições», «falta e é provável que continue a faltar à cplp uma base económica real. Faltam recursos próprios a cada um dos Estados e as trocas comerciais entre eles são reduzidíssimas bem como o investimento mútuo».

²⁵ Jaime Gama, discorrendo sobre os efeitos da adesão de Portugal às Comunidades Europeias sublinha o facto de «Portugal, em muitos casos, surgirá perante (o Brasil e os Palop) não apenas como dinamizador europeu do espaço da lusofonia mas como janela de acesso a uma Comunidade desenvolvida, fortemente apostada no diálogo Norte-Sul», «A adesão de Portugal às Comunidades Europeias», Política Internacional, vol. 1, n.o 10, Inverno de 1994/95, pp. 5-19. No mesmo sentido, Durão Barroso, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e ex-Secretário de Estado da Cooperação de Portugal, afirma que «o factor europeu funcionou bem (na criação da cplp) porque os palop compreenderam que seria bom ter um aliado na Europa», Jornal de Notícias, 8 de Agosto de 1996.

²⁶ Ideia defendida por Álvaro de Vasconcelos, director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, de Portugal, no artigo «Cimeira dos Sete: Angola, não esquecer», Público, 17 de Junho de 1994.

²⁷ Para José Lamego, «a cplp constituirá um veículo de relações entre a União Europeia, o Mercosul e a África Austral», Seminário da elo, Diário de Notícias, 16 de Julho de 1996.

²⁸ «A par da integração regional, a cplp pode ajudar a reforçar a transição para uma economia mundial em vias de globalização», Adelino Torres, professor universitário, «A cplp é viável?», Expresso, 12 de Outubro de 1996.

²⁹ Ver, a este respeito e ligado à questão da ligação de Portugal aos palop, Mota Amaral, ex-Presidente da Região Autónoma dos Açores, «Europa e África nos caminhos de Portugal», Diário de Notícias, 25 de Maio de 1996.

³⁰ Mário Soares, ex-Presidente da República Portuguesa, «Um projecto para o século xxi», Diário Notícias, 17 de Julho de 1996.

³¹ «A longo prazo, Portugal pode ganhar projecção mundial com o processo, mas trata-se de algo que não pode substituir a Europa, como parceiro económico, político e mesmo cultural e demográfico», Nuno Valério, professor universitário, «Uma alternativa à Europa?», Expresso, 28 de Setembro de 1996.

³² De acordo com Mota Amaral, «hoje, os caminhos do futuro de Portugal são os caminhos da Europa... Mas a nossa aposta na nova Europa não nos pode desligar da África, em especial dos países lusófonos. Eis aqui um campo em que o nosso interesse nacional pode também afirmar-se em razoável equilíbrio com o das outras partes envolvidas. A África precisa de solidariedade», Mota Amaral, «Europa e África nos caminhos de Portugal», Diário de Notícias, 25 de Maio de 1996.

³³ Augusto Mateus, Ministro da Indústria e do Comércio, de Portugal, durante o Seminário sobre Cooperação Empresarial realizado em Lisboa e organizado pela elo, por ocasião da formalização da cplp em Julho de 1996, Revista Exportar, ICEP, n.o 41, Agosto de 1996.

³⁴ Ver, por exemplo, as declarações de Augusto Mateus em entrevista à revista África Hoje, n.o 99, Setembro de 1996: «A prioridade da internacionalização da economia portuguesa é a construção europeia. Mas também aqui há uma alteração clara na política económica deste governo, que é não fazer nenhuma contradição entre essa prioridade europeia e o relacionamento de Portugal com a América, África e Ásia. Sendo assim, a Europa vale 10, palop e Mercosul 9.5», ou do seu Secretário de Estado da Competitividade e da Internacionalização, José Freire de Sousa: «Independentemente da participação portuguesa na ue ser uma prioridade, Portugal tem de ter uma estratégia de posicionamento no mundo que potencie os laços com os palop e o Brasil», Seminário da elo, Diário de Notícias, 16 de Julho de 1996.

³⁵ Ver os fundamentos e desenvolvimento desta ideia no interessante artigo de Nuno Severiano Teixeira, director do Instituto de Defesa Nacional, «Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa, 1890-1986», Política Internacional, vol. 1, n.o 12, Primavera-Verão de 1996, pp. 55-86.

³⁶ Adelino Torres, «A África Austral contemporânea na hora das transformações», África Austral: o Desafio do Futuro, Estudos Africanos n.o 2, ieei, 1991, pp. 49-72.

³⁷ Nuno Valério, «Uma alternativa à Europa?», Expresso, 28 de Setembro de 1996.

³⁸ Nuno Rogeiro, «Encontros imediatos do terceiro grau», Independente, 19 de Julho de 1996.

³⁹ Para Manuel Villaverde Cabral, «cplp – Potencial e contradições», Diário de Notícias, 22 de Julho de 1996, «um bom teste ao potencial da cplp será ver se os empresários dos Estados menos pobres – Portugal e Brasil – se aliarão ou se competirão entre si para investir nos mais pobres».

⁴⁰ Mário Soares, «Um projecto para o século xxi», Diário de Notícias, 17 de Julho de 1996.

⁴¹ O que se conclui da leitura do artigo «O Instituto Internacional da Língua», Adriano Moreira, Diário de Notícias, 13 de Agosto de 1996.

⁴² Para Mário Soares, «Um projecto para o século xxi», Diário de Notícias, 17 de Julho de 1996, «a língua e o afecto são elementos que operam milagres, ainda que certos políticos, obcecados pelo pragmatismo imediatista, tenham tendência a pensar o contrário, numa visão economicista ou meramente mercantil».

⁴³ Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa, no discurso de tomada de posse no Parlamento fazia fé em que «a língua, a rica diversidade de culturas expressas na mesma língua, a história de solidariedade efectiva entre os povos dos sete Estados e do território de Timor tornam necessária a concretização de uma Comunidade de Estados e Povos de Língua Oficial Portuguesa», Diário de Notícias, 10 de Março de 1996. Três meses mais tarde reafirma esta sua ideia: «A língua é o mais forte e perene traço de união, constituindo o fundamento da Comunidade e o grande instrumento da sua projecção no mundo», África Hoje, Junho de 1996.

⁴⁴ «É no contexto e na perspectiva internacional de potencialização das vantagens inerentes a um espaço linguístico e geocultural consistente que deve ser encarado o projecto de uma cplp», José Augusto Seabra (ex-embaixador português junto da unesco), «Uma comunidade de povos e de língua», Público, 18 de Julho de 1996.

⁴⁵ Jaime Gama, entrevista ao Público, 17 de Julho de 1996.

⁴⁶ Diogo Pires Aurélio, «Razões de Sobra», Diário de Notícias, 4 de Agosto de 1996.

⁴⁷ A este propósito ver, por exemplo, Kleiman, «Cultural ties and trade: Spain's role in Latin America», *Kyklos*, vol. 31, n.º 2, 1978, pp. 275-290.

⁴⁸ Venâncio de Moura, Ministro das Relações Exteriores de Angola, África Hoje, Junho de 1996.

⁴⁹ Como muito bem chama a atenção Dário Moreira C. Alves, embaixador brasileiro aposentado e presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa, «sem essa componente económico-social (real progresso das populações mais atrasadas) na estruturação da comunidade, como aliás têm feito sentir certos dirigentes africanos, o esforço político e diplomático empregado em todo esse processo seria marcado por frustrações e desenganos», Guia Brasil, Boletim da Embaixada do Brasil em Lisboa, n.º 16, Julho/Agosto de 1996.

⁵⁰ Fernando Henrique Cardoso, Presidente do Brasil, em entrevista ao Expresso, 13 de Julho de 1996.

⁵¹ Marcolino Moco, ex-Primeiro-Ministro de Angola, Secretário Executivo da cplp, entrevista ao Expresso, 13 de Julho de 1996.

⁵² «São Tomé e Príncipe adere a esta comunidade consciente do grande desafio que ela representa: a busca da integração na descontinuidade. Não é necessário ser céptico, mas tão-somente sensato e realista, para tomar em devida conta e medida as dificuldades que este empreendimento nos coloca», Armindo Vaz, intervenção por São Tomé e Príncipe, durante a sessão de formalização da cplp, Lisboa, 17 de Julho de 1996.

⁵³ «A língua portuguesa é o cimento que liga os povos da cplp. O elemento-base da criação da Comunidade é o desejo e a necessidade de defesa, valorização da nossa língua comum», Pedro Pires (presidente do paicv e ex-Primeiro-Ministro), «Cooperação descentralizada em bases pragmáticas», Expresso, 13 de Julho de 1996.

⁵⁴ «A cplp será a primeira Comunidade onde a produção cultural vai puxar o resto, isto é, o desenvolvimento político e económico», afirmação de Fernando Henrique Cardoso em entrevista ao Expresso, 13 de Julho de 1996.

⁵⁵ A este propósito e acerca da visão do Brasil, ver o artigo de Fernando Mourão, professor universitário brasileiro e director do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, «Portugal, Brasil, África: os caminhos da convergência», *África Austral: o Desafio do Futuro*, Estudos Africanos, n.o 2, ieei, 1991, pp. 135-155.

⁵⁶ Ver *Negócios da Lusofonia – Relatório e Conclusões*, felp, 1996.

⁵⁷ «Os objectivos de cooperação e desenvolvimento dentro da cplp só poderão ser alcançados se as iniciativas privadas forem acompanhadas por medidas que visem desmantelar obstáculos administrativo-burocráticos e económicos que ainda prevalecem em alguns Estados membros», Mário Ussene, presidente da Associação Comercial de Moçambique, *Revista da ccpm*, Agosto de 1996.

⁵⁸ A propósito da impossibilidade de transformação da cplp em zona de integração económica, ver Paulo Monteiro, economista cabo-verdiano e assessor no Banco de Portugal, em entrevista ao Expresso, 25 de Maio de 1996.

⁵⁹ «A cplp não terá valor se, para além da política, não tiver também uma componente deliberada e empenhadíssima no desenvolvimento», afirmação de Delfim da Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, no Seminário Bolsa de Contactos e Projectos – Negócios da Lusofonia, organizado pelo felp, Maio de 1996, *África Hoje*, Junho de 1996.

⁶⁰ Para Joaquim Chissano, Presidente de Moçambique, «é impossível estabelecer uma concertação política e diplomática perante terceiros sem incluir questões económicas, nomeadamente em relação a organizações como a Organização Mundial de Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Por isso, esperamos que a cplp seja também, e sobretudo, um instrumento de cooperação económica e empresarial entre os seus membros», entrevista à *Revista Portugal/Moçambique*, da Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, Agosto de 1996.

⁶¹ Mascarenhas Monteiro, intervenção no acto de formalização da cplp, Lisboa, 17 de Julho de 1996: «Essas mesmas realidades (diferenças entre os Estados membros da Comunidade) contêm elementos e potencialidades que, devidamente aproveitados, contribuirão para acelerar os processos de desenvolvimento nuns, e a consolidação dos resultados atingidos, noutros».

⁶² Joaquim Chissano, durante a sua intervenção na constituição da cplp, Lisboa, 17 de Julho de 1996 afirmou: «(Moçambique) empenhar-se-á para elevar a nossa Comunidade à altura de contribuir para que estes males do subdesenvolvimento sejam devidamente ultrapassados em cada um dos nossos países».

⁶³ António Espírito Santo, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileiro, *África Hoje*, Junho de 1996, é da ideia de que «o projecto (da cplp) é fundamental na sua vertente económica para o desenvolvimento das relações entre Portugal, Brasil e palop. Virá dar, decerto, muito peso institucional a qualquer um dos Estados e espaços nas suas negociações com Estados e espaços terceiros».

⁶⁴ Pedro Pires (presidente do paicv e ex-Primeiro-Ministro), *Expresso*, «Cooperação descentralizada em bases pragmáticas», 13 de Julho de 1996, pensa que «esse espaço de cooperação (a CPLP), em que cada um dos Estados membros tentará carrear para o

conjunto as vantagens de que usufrui no espaço geográfico, cultural e político que lhe é natural, é efectivamente algo de novo.

⁶⁵ «O projecto de Timor-Leste (tl) independente deveria ser assumido pela cplp com convicção, coragem e generosidade. Com um tl independente alagar-se-ia até à Ásia oriental o espaço geográfico, linguístico, cultural, diplomático e económico da cplp. Com as suas consideráveis riquezas naturais, tl poderá constituir-se num pólo de investimento e entreposto comercial da cplp na região», José Ramos Horta, representante da resistência timorense, Prémio Nobel da Paz 1996, «Timor-Leste, a cplp e o Brasil», Expresso, 20 de Julho de 1996.

⁶⁶ Delfim da Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, África Hoje, Junho de 1996.

⁶⁷ Gualberto Rosário, Ministro da Coordenação Económica de Cabo Verde, em entrevista ao Semanário Económico, 18 de Outubro de 1996.

⁶⁸ Delfim da Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, África Hoje, Junho de 1996.

⁶⁹ «Verifica-se que em todos os outros Estados integrantes da cplp primeiro privilegiaram as suas organizações continentais, o Brasil com o Mercosul e Portugal com a cee. Então, porque é que nós (Angola) não seguimos também os bons exemplos?», Comércio Actualidade, Luanda, Angola, artigo de Vítor Aleixo (director), n.o 63, 19 de Julho de 1996.

⁷⁰ Igualmente presente no relacionamento económico pós-colonial entre os Estados francófonos e a França e os países anglófonos e a Inglaterra, como sublinha I. Livingstone, «The Impact of Colonialism and Independence on Export Growth in Britain and France», Oxford Bulletin of Economics and Statistics, vol. 38, n.o 3, 1976, pp. 211-218.

⁷¹ Sobre o caso de Angola ver, por exemplo, Manuel Ennes Ferreira, Angola-Portugal: do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais, Col. Estudos sobre África, n.o 1, Ed. Escher, 1990, p. 219.

⁷² Em E. Kleiman, «Trade and the Decline of Colonialism», The Economic Journal, n.o 86, 1976, pp. 459-480 e E. Kleiman, «Heirs to Colonial Trade», Journal of Development Economics, n.o 4, 1977, pp. 93-103, é demonstrado isto mesmo para o caso das ex-colónias africanas sob dominação francesa e inglesa.

⁷³ O gesto mais paradigmático desta ofensiva do Brasil após as independências dos palop pode ser apresentado pelo facto de se ter tornado o primeiro Estado do mundo a reconhecer oficialmente Angola como Estado independente, numa altura em que vigorava um regime ditatorial no Brasil e em que o não reconhecimento por parte de Portugal facilitou-lhe a entrada no mercado angolano.

⁷⁴ Sobre a caracterização recente do relacionamento económico entre Portugal e os palop comparativamente a 1973 (antes das independências destes últimos Estados), ver Manuel Ennes Ferreira, «Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: comércio, investimento e dívida (1973-1994)», Análise Social, Vol. xxix, n.o 5, 1994, pp. 1071-1121. Apenas sobre as relações económicas e financeiras pós-independência, Adelino Torres (coord.), Portugal-Palop: as Relações Económicas e Financeiras, Col. Estudos sobre África, n.o 2, Ed. Escher, n.o 217, 1991, 217 pp., e acerca da reversão geográfica das importações coloniais por parte de Portugal, J. Oppenheimer, «O comércio português com os países africanos ao sul do Sáara», Actas da II Conferência do cisep, Ed.

cisep/iseg, 1986. Sobre o relacionamento intercolonial durante o Estado Novo (1926-1974), ver Manuel Ennes Ferreira, «Comércio Colonial», in J. Serrão, Dicionário de História de Portugal, Ed. Figueirinhas (a sair em 1997).

⁷⁵ Os quadros que se seguem foram elaborados a partir de estatísticas inseridas em diversas publicações, as quais algumas das vezes não coincidem na apresentação dos valores: Relatórios do Banco de Portugal (1993 a 1995), Banco de Portugal (1994), ine (1993 a 1995), aip (1996), icep (1996), icep (1996a), icep (1996b), eiu (1994 a 1996), cpi de Moçambique e gie de Angola.

⁷⁶ Neste caso, por exemplo, embora no Quadro 1 se registre uma quota de mercado portuguesa no conjunto das importações angolanas na ordem dos 26,7% em 1993, outras fontes indicam valores bastante mais acentuados. De acordo com o Banco de Portugal (1994), utilizando informação do FMI, essa quota foi de 52,7% nesse ano, o que está mais de acordo com os 39,6% (1991) e 41,6% (1992) referidos em Manuel Ennes Ferreira, Angola: da Política Económica às Relações Económicas com Portugal, Cadernos Económicos Portugal-Angola, n.o 7, 2.a edição, Ed. ccipa, 1995, 97 pp., e onde é efectuado um estudo, por anos e por produtos, das relações entre os dois Estados.

⁷⁷ Nota do cdi/icep: os elementos apresentados referem-se a projectos de investimento no estrangeiro apresentados para enquadramento no âmbito dos apoios a projectos de internacionalização do paiep, retex e Benefícios Fiscais. A recolha iniciou-se em 1992, com o lançamento do programa retex. As intenções recebidas podem ser rejeitadas por falta de enquadramento, encaminhadas para outros sistemas de incentivos à internacionalização (fce, sindepedip 3.3, por exemplo) ou descontinuadas pelos promotores. Até ao presente foram formalizadas cerca de setenta e cinco candidaturas, tendo sido aprovados cinquenta projectos.

⁷⁸ Definida originalmente pela Secção 2, arts. 18.o a 29.o do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

⁷⁹ «Quatrième Convention acp-cee», assinada em Lomé, 15 de Dezembro de 1989, Le Courier, n.o 120, Março/Abril, 1990.

⁸⁰ «Quatrième Convention acp-cee», 3.ème Partie, Titre I, Cap. 1 (Régime Général des Échanges).

⁸¹ Que decorre da leitura da Declaração Constitutiva da cplp e dos seus objectivos: «Desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes, através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral», Julho de 1996.

⁸² Este Fundo Especial, criado já, «dedica-se exclusivamente ao apoio financeiro das acções concretas levadas a cabo no quadro da cplp e é constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas».

⁸³ Os governos, não devendo substituir-se à classe empresarial, deverão, isso sim, criar condições de apoio e estímulo à sua acção. Em última análise, os resultados práticos dependem das estratégias empresariais individuais. Sem que isto signifique a ausência de articulação na actuação de empresários de Estados diferentes, a tarefa não só não parece fácil como nem sempre é desejável.

⁸⁴ São os casos dos acordos estabelecidos entre Portugal e Cabo Verde e a Guiné-Bissau.

⁸⁵ Este tipo de acordos é, aliás, estimulado no âmbito do Acordo da iv Convenção de Lomé, nomeadamente através da 3.a Parte, Título iii, Cap. 3, Secção 2 (Protecção dos Investimentos), arts. 260.o a 262.o.

⁸⁶ Marcolino Moco, Secretário Executivo da cplp, em entrevista à Revista Lusofonia, expressa a opinião de que a cultura será o principal leitmotiv desta comunidade, permitindo criar condições mais propícias para o desenvolvimento da cooperação económica.

⁸⁷ Sobre este assunto e como abordá-lo na óptica portuguesa, ver Manuel Ennes Ferreira, «Portugal e a Integração Económica Regional», África Austral: o Desafio do Futuro, Estudos Africanos, n.o 2, ieei, 1991, pp. 101-113.

⁸⁸ Expressão de Branco Rodrigues, presidente do iroma, em entrevista à revista África Mais, n.o 7, Agosto de 1992.

⁸⁹ De acordo com Carlos Veiga, Primeiro-Ministro de Cabo Verde, «é legítimo que Cabo Verde queira diversificar a sua cooperação e as suas fontes de financiamento da ajuda ao desenvolvimento», acrescentando que «isso em nada compromete a cplp», entrevista ao Expresso, 26 de Outubro de 1996.

⁹⁰ Rui Almas, director-adjunto do departamento internacional do icep, explica isto mesmo em «Lusofonia e Commonwealth», Revista Exportar, icep, n.o 41, Agosto de 1996.

⁹¹ Transcrito do artigo de Miguel Sousa Tavares, «Sampaio em África», Público, 17 de Maio de 1996.

⁹² Talvez que o seu exemplo mais paradigmático seja o caso da exploração diamantífera em Angola. Portugal, através da spe, e o Brasil, através da Odebrecht, têm interesses e actuações claramente rivais e não cooperativas.

⁹³ Nino Vieira, Presidente da Guiné-Bissau, aquando da sua declaração sobre a constituição da cplp, Lisboa, 17 de Julho de 1996.

⁹⁴ Ver Fernando Mourão, op. cit., pp. 149-150, embora num quadro datado de 1990.

⁹⁵ Estes dois aspectos podem ser claramente entendidos a partir da entrevista dada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, à revista brasileira Brasil-Europa Magazine, de Agosto/Setembro de 1996.

⁹⁶ Jaime Gama, entrevista ao Público, 17 de Julho de 1996.

⁹⁷ Como sublinha Mário Soares, «Um projecto para o século xxi», Diário de Notícias, 17 de Julho de 1996.

BIBLIOGRAFIA

a.a.v.v. (1986), A Cooperação Portuguesa: Balanço e Perspectivas à Luz da Adesão à cee e do Alargamento da Convenção de Lomé III, Cadernos cee, n.o 1, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 223 pp., Lisboa.

aip (Associação Industrial Portuguesa) (1996), Guia S. Tomé e Príncipe: Estudo sobre Oportunidades para as Empresas Industriais Portuguesas, 122 pp., Lisboa.

Almas, R., «Lusofonia e Commonwealth», Revista Exportar, n.o 41, Agosto de 1996, icep..

Amaral, M., «Europa e África nos caminhos de Portugal», Diário de Notícias, 25 de Maio de 1996.

AurÉlio, D. Pires, «Razões de Sobra», Diário de Notícias, 4 de Agosto de 1996.

Banco de Portugal (1993 a 1995), Relatórios do Banco de Portugal, Lisboa.

Banco de Portugal (1994), *Evolução das Economias dos países de língua portuguesa*, 95 pp. + anexos estatísticos, Lisboa.

Briosa e Gala, J., «Comunhão de fortunas na língua portuguesa», *Expresso*, 29 de Junho de 1996.

Cabral, M. Villaverde, «cplp – Potencial e contradições», *Diário de Notícias*, 22 de Julho de 1996.

cesa (Centro de Estudos sobre África) (1991), *Actas da Conferência Cooperação Luso-Africana Universidade/Empresa*, Ed. cesa/iesg, ccipa, ccpm e elo, 260 pp., Lisboa.

cpi (Centro de Promoção Industrial) (1995 e 1996), *Informação* (sem título), Maputo, Moçambique.

cplp (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) (1996), *Declaração Constitutiva da cplp*, Lisboa.

eiu (The Economist Intelligence Unit) (1995 e 1996), *Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique e São Tomé Country Profile*, Londres.

felp (Fórum dos Empresários de Língua Portuguesa) (1996), *Negócios da Lusofonia – Relatório e Conclusões da Conferência*, Ed. felp, Lisboa.

Ferreira, E. Sousa e Santos, P. (eds.) (1985), *Portugal, Países Africanos e cee*, cedep/Gradiva, 174 pp., Lisboa.

Ferreira, M. Ennes (1990), *Angola-Portugal: do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais*, Coleção Estudos sobre África, n.º 1, Ed. Escher, 219 pp., Lisboa.

Ferreira, M. Ennes (1991), «Portugal e a integração económica regional», in *África Austral: o Desafio do Futuro*, Estudos Africanos, n.º 2, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, pp.101-113, Lisboa.

Ferreira, M. Ennes (1994), «Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: comércio, investimento e dívida (1973-1994)», *Análise Social*, vol. xxix, n.º 5, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, pp. 1071-1121, Lisboa.

Ferreira, M. Ennes (1995), *Angola: da Política Económica às Relações Económicas com Portugal*, Col. Cadernos Económicos Portugal-Angola, n.º 7, Ed. ccipa, 97 pp., 2.ª edição, Lisboa.

Ferreira, M. Ennes (1997), «Comércio Colonial», in Serrão, J., *Dicionário da História de Portugal – Suplemento de 1926-1974* (Barreto, A. e Mónica, M. Filomena, coords.), Ed. Figueirinhas (a sair em 1997).

Franco, I., «A construção ameaçada», *Público*, 22 de Maio de 1996.

Fundação Calouste Gulbenkian (1987), *Portugal, os Estados Africanos de Língua Oficial Portuguesa e os Estados Unidos da América*, Estudos Africanos, 209 pp., Lisboa.

Gama, J. (1994/95), «A adesão de Portugal às Comunidades Europeias», *Política Internacional*, vol. 1 n.º 10.

gie (Gabinete de Investimento Estrangeiro) (1996), título não especificado, Luanda, Angola.

Horta, J. Ramos, «Timor-Leste, a cplp e o Brasil», *Expresso*, 20 de Julho de 1996.

icep (Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal) (1996), *Como Investir em Moçambique*, 143 pp. + cxxxv, Lisboa.

icep (Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal) (1996a), *Portugal – Relações Económicas com Países de Língua Portuguesa*, 55 pp., Lisboa.

icep (Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal) (1996b), República de Angola: um País, um Mercado, 62 pp. + anexos, Lisboa.

icep/cdi (Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal/Centro para o Desenvolvimento Industrial) (1996), título não especificado, Lisboa.

ied (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento) (1986), A Cooperação, Revista Desenvolvimento, n.o 4, 120 pp., Lisboa.

ine (Instituto Nacional de Estatística) (1993 a 1996), Comércio Internacional, Lisboa.

Kleiman, E. (1976), «Trade and the decline of colonialism», *The Economic Journal*, 86, pp. 459-480.

Kleiman, E. (1977), «Heirs to colonial trade», *Journal of Development Economics*, 4, pp. 93-103.

Kleiman, E. (1978), «Cultural ties and trade: Spain's role in Latin America», *Kyklos*, vol. 31, fasc. 2, pp. 275-290.

Lima, D. Coelho (1996), Crescendo e aparecendo: o comércio Brasil-Portugal cresceu e pouca gente notou, relatório do Sector de Promoção Comercial da Embaixada do Brasil em Lisboa, 14 pp.

Livingstone, I. (1976), «The impact of colonialism and independence on export growth in Britain and France», *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, vol. 38, n.o 3, pp. 211-218.

Maxwell, K. (1991), «Portugal: ponte entre a Europa e os países em desenvolvimento», comunicação apresentada ao Seminário Portugal – Ponte entre Continentes, 9-11 de Dezembro, org. pnud, Lisboa.

Moreira, A., «O Instituto Internacional da Língua», *Diário de Notícias*, 13 de Agosto de 1996.

Mourão, F. (1991), «Portugal, Brasil, África: os caminhos da convergência», in *África Austral: o Desafio do Futuro*, Estudos Africanos n.o 2, ieei, pp. 135-155.

Oliveira, J. Costa (1995), «Cooperação com os palop», *Revista O Economista*, Associação Portuguesa de Economistas, pp. 226-238, Lisboa.

Oppenheimer, J. (1986), «O comércio português com os países africanos ao sul do Sáara», in *Actas da II Conferência do cisep*, iseg, Lisboa.

Pires, P., «Cooperação descentralizada em bases pragmáticas», *Expresso*, 13 de Julho de 1996.

Rogero, N., «Encontros imediatos do terceiro grau», *Independente*, 19 de Julho de 1996.

Rolo, J. Manuel (1987), *Redescobrir a África*, Col. Aproximações e Ensaios, n.o 2, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 232 pp., Lisboa.

Seabra, J. Augusto, «Uma comunidade de povos e de língua», *Público*, 18 de Julho de 1996.

Soares, M., «Um projecto para o século xxi», *Diário de Notícias*, 17 de Julho de 1996.

Tavares, M. Sousa, «Sampaio em África», *Público*, 17 de Maio de 1996.

Teixeira, N. Severiano (1996), «Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa, 1890-1986», *Política Internacional*, vol. 1, n.o 12, pp. 55-86.

Torres, A. (1991), «A África Austral contemporânea na hora das transformações», in *África Austral: O Desafio do Futuro*, Estudos Africanos n.o 2, ieei, pp. 49-72.

Torres, A. (1991a), *Portugal-palop: as Relações Económicas e Financeiras*, Col. Estudos sobre África, n.o 2, Ed. Escher, 217 pp., Lisboa.

Torres, A., «A cplp é viável?», *Expresso*, 12 de Outubro de 1996.

Valério, N., «Uma alternativa à Europa?», Expresso, 28 de Setembro de 1996.
Vasconcelos, A., «Cimeira dos Sete: Angola, não esquecer», Público, 17 de Junho de 1994.

Imprensa diária e periódica

Comércio Actualidade (Angola)
Jornal de Angola (Angola)
Brasil-Europa Magazine (Brasil)
Guia Brasil (Brasil)
Le Courier
África Hoje
Diário Económico
Diário de Notícias
Expresso
Independente
Jornal de Notícias
Público
Revista África Mais
Revista da Câmara de Comércio Portugal-Moçambique
Revista Lusofonia
Semanário Económico